



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 09/12/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Bom dia a todos. Antes de iniciar os trabalhos, como se trata de uma audiência pública as faixas podem ser colocadas, mas onde estão. Vou pedir que retirem e coloquem no lugar adequado.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 28ª audiência pública de 2014. Segunda audiência pública geral do PL 467/14. Entenda-se: Orçamento de 2015.

Estão presentes os Srs. Vereadores: Ricardo Nunes, relator da Peça Orçamentária, Paulo Fiorilo, Aurélio Nomura.

Informo a reunião está sendo transmitida pela internet, no portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de São Paulo www.camara.sp.gov.br, links auditórios/audiências públicas.

Foram convidados: Sra. Leda Paulani, Secretária Municipal de Gestão e Orçamento, indicou representante, Rodrigo Alves Teixeira. Indago se o Sr. Rodrigo está presente? (Pausa) Sra. Mariane Nauber de Souza Almeida, Coordenadora de Assuntos Econômicos. Indago se está presente? (Pausa) Não! Marcos Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças, indicou representante, Rogério Seron de Oliveira; Gilmar Tatto, Secretário Municipal dos Transportes, indicou representante Sr. Denilson Ferreira e Maria Lúcia Begari, Diretora do CET. Indago se estão presentes? (Pausa)

Vou indagar dos senhores porque não vieram na audiência pública do Orçamento. Quero aqui externar ao Governo, a Sra. Leda Paulani, não veio. Alegou que tem um problema acadêmico para resolver hoje. A Cidade de São Paulo, os senhores não podem serem desrespeitados no Orçamento. Entendo, ou os Srs. Secretários vem discutir o Orçamento da Cidade de São Paulo, ou não vem. Ou tratam a Cidade de São Paulo com respeito, ou não tratam. De vontade própria eu não faria audiência pública se aqui não estiver o Secretário. A Sra. Leda Paulani tem um problema. Ela tem de fazer uma opção.

Sras. e Srs. cria-se aqui um impasse, vou dirimir com os Srs. Vereadores o que fazer: entendo, poderia remarcar outra audiência pública. Não é possível! Vou discutir com quem? O que cada um de vocês vão debater aqui? Vocês vieram aqui. Os convites foram feitos a audiência pública da Cidade de São Paulo. A Secretária foi resolver o fórum econômico, o problema econômico, na faculdade que ela dá aula. Aliás, dá aula no horário de expediente. E vamos fazer audiência pública aqui? O Sr. Marco Cruz não veio. Qual a justificativa?

Vou suspender a sessão, mas de vontade própria, externo publicamente, a indignação e a falta de respeito, com os Srs. Membros do Executivo com o povo da Cidade de São Paulo. Estamos discutindo 51,3 bilhões de reais, da Peça Orçamentária e o destino desse dinheiro. É a segunda audiência pública, três secretários deveriam estar presentes. Nenhum veio, não menosprezando seus representantes. Se eles aqui estivessem presentes, mostrando respeito com a Cidade de São Paulo e os assessores que aqui estão, ou que deveriam aqui estar, poderiam falar em seu nome, num debate, mas em questões maiores, deve sim, o Secretário responder pela pauta. Eu de vontade própria não faria.

Com a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer que V.Exa. tem razão, quanto à necessidade desse debate ser feito com os Secretários. Mas faço uma observação para que não tenhamos dúvida do procedimento. No caso da Secretária Leda Paulani, ela fez uma consulta aos Srs. Membros da Comissão da possibilidade de se alterar a data do dia 9, para o dia 8, para que ela pudesse participar e no encaminhamento feito pela comissão, entende-se melhor manter o dia 9, mesmo porque já havia sido feito uma ampla divulgação constava do relatório apresentado pelo nobre Vereador Ricardo Nunes, e aí, a Comissão, ou pelo menos, uma parte dela, a parte consultada, entendeu-se de que era melhor manter e que ouviríamos o adjunto, no caso da Secretaria Leda Paulani. Só para fazer justiça, nesse caso específico, porque nós dialogamos sobre a possibilidade. O senhor deve se

recordar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador, entendo a posição dela, de fato dialogou comigo, nós e a Cidade de São Paulo que aguardávamos o cancelamento do outro compromisso. Porque ela recebe da Cidade de São Paulo. Ela recebe do Erário. O holerite dela, não faltou nenhum dia. Ela dá aula de manhã na faculdade. Da aula e recebe seu pagamento. Da aula no horário de expediente. Apesar de ela ter feito o diálogo, reconheço como legítimo o diálogo que ela manteve. Outrossim, ela mandou a carta, mas o que cabe? Ela cancelar e priorizar. Se o mundo acadêmico é importante para ela, reconheço que o seja, ela toma a decisão. O que não pode, tomando a decisão e não aqui prestigiar. Não dá para conciliar, ou que se fosse horário noturno, seja lá o que for, nesse mundo acadêmico, tudo bem. Mas não no horário de trabalho pertinente. Estamos convocando a Secretária no horário de trabalho. Ela está recebendo para isso. Ela recebe do Erário. Isso tem custo ao Erário.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, de novo, no caso da Secretária Leda Paulani, ela justificou que está participando do 42º Encontro Nacional de Economia. Ela não justificou aqui porque está indo dar aula, ou coisa parecida.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – V.Exa. falou, eu li o texto. É matéria atinente ao mundo acadêmico. Não é da Prefeitura.

O SR. PAULO FIORILO – Aqui não diz. Diz, que em atenção ao ofício, participação em audiência pública, informo que estarei afastada da Secretária para participar do 42º encontro nacional de economia em compromisso já assumido previamente com a organização do referido evento.

Ela justificou. Ela disse para a comissão que não poderia no dia 9, que se disporia a fazer no dia 8. A comissão entendeu que não havia problema da Secretária Leda Paulani não vir no dia 9. Que ouviríamos o adjunto. Essa foi uma decisão da comissão. Não é uma decisão da Secretária. Nós poderíamos dizer: Não, nós queremos a Secretária aqui, cancele o evento. Não! Vamos ouvir o adjunto. Estou só fazendo justiça nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador, entendo V.Exa. só que a audiência pública ela tem custo. Tem custo de publicidade que é caro. Agendamento das pessoas, deslocamento de todos que aqui estão. Ela quem deveria levar em consideração a publicação que é cara. A imprensa é cara, nós pagamos isso. Tudo é caro. O chamamento público que fizemos. A Câmara Municipal de São Paulo deu publicidade e publicidade custa muito caro, por isso acho que ela deveria mandar o adjunto para o seu evento dela e ela vir para cá.

Com a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Primeiramente gostaria de lamentar a ausência e sou favoravelmente, obviamente, ao adiamento dessa audiência pública, só para dizer, porque nós recebemos, eu, por exemplo, fiz 12 requerimentos, com relação à comissão de finanças e recebi as respostas. Mas essas respostas ainda são incipientes, fala se as perguntas. Obrigatoriamente acredito, que só com a presença da Secretária Leda Paulani, como também dos demais Secretários, é que poderíamos esclarecer essas dúvidas que levantei por meio dos requerimentos.

Acho que V.Exa, o Sr. Presidente e os nobres Vereadores receberam as respostas das minhas indagações, mas elas não respondem sequer uma formulação ou um requerimento proposto. Acho de fundamental importância, a presença dos convidados, em respeito ao pessoal que aqui compareceu, muito embora houvesse essa resposta e tal.

Gostaria de me associar ao Presidente da Comissão no sentido de adiar essa audiência pública porque é de fundamental importância a presença dos Secretários, convidados para esta discussão, mesmo porque não estamos falando em trocados. Estamos falando sim do futuro da nossa Cidade, como ela será acolhida e quais serão os investimentos em 2015.

Muitos que estão aqui também querem essa indagação. Isso foi divulgado amplamente na rádio, na televisão, nos jornais. Haveria necessidade efetivamente de as

autoridades e dos Secretários priorizarem o comparecimento nesta Comissão, porque é de fundamental importância a participação deles para debater esse assunto, mesmo porque existem muitas dúvidas e a população, que aqui comparece, também quer ouvir esses esclarecimentos.

Sr. Presidente, gostaria de propor o adiamento desta audiência pública para que as autoridades possam efetivamente comparecer; a Secretária Leda Paulani, o Secretário Marcos de Barros Cruz, o Secretário Jilmar Tatto e também o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Essas eram as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Minha questão de ordem é a seguinte: no caso da Sra. Leda, houve por parte dos Vereadores desta Comissão entendimento de que poderíamos realizar a audiência com o Secretário Adjunto. Essa foi uma decisão da Presidência, do Relator e deste Vereador.

Sr. Presidente, antes do encaminhamento, quero ponderar porque há pessoas aqui que vieram do extremo da zona Leste, da zona Sul, da Cidade Tiradentes, da zona Oeste, de Perus, do Lajeado e já contamos com a presença do Secretário Adjunto de Planejamento. Quero ponderar porque se transferirmos a audiência, o estrago maior é para quem veio, até porque, se houver por bem, poderemos marcar outra audiência. Não há problema algum. Poderemos fazer esta e mais uma. Aliás, a obrigatoriedade é de se fazer duas, no mínimo.

Proponho que façamos a audiência hoje e, se ao final, entendermos que é necessário mais uma, marcamos e convidamos todo mundo sem nenhum problema, até para quem se deslocou e veio até a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Srs. Vereadores e público presente, fazer a audiência sem as autoridades máximas, temos um problema de deslocamento da população

que veio. Imaginei que a cidade de São Paulo fosse importante para esses servidores que recebem e deveriam priorizar.

Aí fica um impasse: o Plenário está com a população presente. Fazemos ou não a audiência pública com os Adjuntos?

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Senhores, quero fazer um encaminhamento aos presentes. A segunda audiência obrigatória por lei é hoje. Se realizarmos a de hoje, a outra perde o objeto. Uma vez realizada esta, a outra perde o objeto.

Digo isso apenas para esclarecer aos presentes.

Os Vereadores vão decidir se faremos ou não a audiência pública. Vou submeter à consideração deles para saber se faremos com os Adjuntos.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não vou fazer isso. Vou dizer que vai fazer, mas não vamos fazer, não é autoridade. O Adjunto veio aqui para responder e postergar. A decisão política...

Audiência pública; senhoras, senhores e Srs. Vereadores; é para tentarmos mudar a peça. É para tentar esclarecermos. Eles podem até esclarecer, mas decisão política os Adjuntos não vão tomar. Ele vai tomar a decisão política sem o titular da pasta? Não vai.

Vou ceder uma questão de ordem ao Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Sr. Presidente, quero fazer uma consulta. Primeiro, defendemos a manutenção desta audiência pública, considerando que houve chamamento e foi divulgado pela imprensa. Vi na rede Globo esse chamado. Se houve um descontentamento por parte de alguns Vereadores membros da Comissão e também da população aqui presente, vamos considerar sim o descontentamento.

Esta Comissão não pode deliberar também para uma nova audiência de maneira oficial, uma vez considerando que o Presidente disse que esta esgota as audiências? Defendo

a manutenção desta audiência e pergunto: esta Comissão tem a prerrogativa de convocar outra audiência oficial para garantir, considerando que a Secretária mandou representante? Eles estão aqui. Em vez de uma oportunidade, teremos duas. É melhor uma ou duas? Também faço essa consulta.

Vamos fazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Gente, é evidente que se os Secretários estivessem aqui seria importante, mas o Secretário Marcos Cruz ligou ontem e falou que estaria num compromisso inadiável por causa da renegociação da dívida.

- Manifestação na galeria.

O SR. RICARDO NUNES – Gente, isso já está virando bagunça. Fora esta reunião, fizemos 62 horas de audiência pública com vários Secretários aqui presentes; o Marcos Cruz, a Leda Paulani. Não esteve presente o Secretário de Saúde, Dr. Filippi, apesar da grande insistência. Vários Secretários estiveram aqui. Realizamos 11 audiências públicas, então, calma lá que o negócio não é bem por aí não.

Precisamos fazer a audiência pública. Avançamos bastante nessas 11, nessas 62 horas de audiências públicas com a participação ativa de todos os Srs. Vereadores, vários de vocês estão vindo pela primeira vez, mas muitos já participaram das outras. Por isso não dá para dizer que o processo da audiência pública está prejudicado porque não está. Não está. Recebemos vários setores, estamos em conversação, então, não existe nenhum problema da realização desta audiência pública. Há assuntos importantes para tratarmos e estamos perdendo tempo. Precisamos trabalhar para escutar a população e os Vereadores.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Senhoras, senhores e Vereadores presentes, para que os senhores tenham como referência. Esta é primeira reunião pública após o relatório ter sido aprovado. Agora o público já conhece o que se pretende fazer. Tem-se uma referência.

O Relator, de fato, realizou várias audiências públicas. Nobre Vereador Ricardo Nunes, V.Exa. produziu um relatório que não é consenso no Governo. Que não é consenso com a Sra. Leda Paulani. Ele está publicado. Não é consenso com o Sr. Marcos Cruz. Agora é a hora do afunilamento, do debate. O que vamos fazer? Acolher o relatório que V.Exa. produziu, que será o orçamento da cidade de São Paulo?

Realizar hoje audiência pública sem os Secretários? Se V.Exas. deliberarem, respeitosamente passarei a presidência, mas não vou participar de audiência pública sem os Secretários aqui. Acho que vamos enrolar o povo em relação ao relatório que V.Exa. fez. É respeitando não a mim, mas ao seu relatório. (Palmas)

O que poderemos deliberar de alteração proposta no vosso relatório? Agora, o momento desta audiência é de confronto das audiências produzidas, reconhecendo-as como legítima e reconhecendo tudo que foi feito anteriormente e se produziu um relatório. E agora é o momento do confronto.

V.Exa. tem de defender o seu relatório junto ao Governo. Os representantes vão fazer a exposição técnica de números. Eles não têm o poder político de mudar aquilo que já está no *Diário Oficial*. Vamos ouvi-los enrolar vocês? Enrolar o povo?

Já o ouvi, agora passarei a palavra assim que o Vereador manifestar. A discussão tem de ser democrática. Não tenho problemas em fazer a reunião hoje, em mantê-la. Mas acho um desrespeito para com o povo, apenas isso.

Esta reunião é a mais importante. É o poder de decidir. Aqueles que estão aqui vieram para reclamar, para mudar. Quem veio, foi para mudar. Se fosse para concordar, não estaria aqui. O Secretário não está aqui para mudar, minha senhora. Ele não está aqui para tomar decisão política, para mudar. Esse é o problema.

Vocês vieram para fazer turismo? Não! Vieram para reclamar. Quem decide não está aqui.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nós não podemos, neste momento. A Câmara Municipal de São Paulo marca a segunda e última audiência com o povo e com os Secretários.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eles não. Para a senhora entender, o Secretário recebe do dinheiro que a senhora paga, do imposto. Por isso considero uma falta de respeito. Eles deveriam estar presentes para debater não comigo, mas com vocês. Tomar decisão com as senhoras e os senhores aqui presentes. Nós podemos encaminhar, se vocês entenderem que nós, os Vereadores, podemos encaminhar nós vamos fazer audiência pública para encaminhar só. Se quiser, nós vamos tocar.

Agora, vejam o que nós temos: há um relatório produzido do relator. Está aqui a peça dele. Tudo o que foi feito, 62 horas de audiências, ele produziu uma proposta, que queria debater na frente dos secretários – o relator e o secretário – o que ele produziu. O secretário vai dizer se concorda ou não.

Por exemplo: ele tirou dinheiro da Prodam, o secretário não concorda. Ele vai defender e vocês vão assistir ao debate. Vamos tirar o dinheiro? Vamos colocar na Operação Delegada? Vamos colocar no Leve Leite? É esse o debate, nós vamos manter o dinheiro ou não? Sem ele aqui vou debater com os adjuntos? Se quiserem manter, eu mantenho. Vim aqui para trabalhar, só que não vamos decidir nada.

É difícil isso, tem custo para a cidade de São Paulo. O secretário não pode faltar porque tem custo, a Câmara investiu nisso, fez chamativo na televisão, nos jornais, nas rádios, para a população estar presente. A população vem e o secretário não vem.

O SR._____ - Pela ordem, Presidente.

O SR._____ - É possível nós, enquanto plenário...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vereador, desculpe, não dei a palavra.
Desculpe não pode.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - ...oportunamente.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vereador Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Eu gostaria de transformar essa audiência pública, não como audiência pública, mas poderia ser uma reunião de estudos, para ouvir a população. Porque feita esta audiência pública, não há necessidade de fazer outra. Deu para entender?

O SR. DALTON SILVANO - Pela ordem.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Nós podemos transformar esta reunião em consulta do Orçamento. Eu queria mostrar uma coisa para vocês. Ontem foi publicada uma matéria no R7, onde fala que a Prefeitura de São Paulo vai receber, em 2015, 580 milhões para manter a exclusividade com o Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Onde vamos aplicar o dinheiro?

O SR. AURÉLIO NOMURA - Exatamente. Todos que estão aqui reivindicam verba para o Fundo de Assistência Social, para o transporte escolar...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Para cultura.

O SR. AURÉLIO NOMURA - ...para cultura, para tantas coisas que estão necessitando. É importante que o secretário aqui venha para falar o que vai fazer com esse recurso que antes não tinha. Mas apareceu.

O SR. DALTON SILVANO - Pela ordem, Presidente.

O SR. AURÉLIO NOMURA - É importante nós sabermos essa questão.

O SR. DALTON SILVANO - Pela ordem, Presidente.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Por isso, que é importante a participação dos secretários neste certame.

O SR. DALTON SILVANO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Eu darei a palavra, Vereador. Mas vou encaminhar antes, Vereador.

O SR. DALTON SILVANO - Mas eu quero externar meu pensamento, Sr. Presidente. É rápido. Aliás, sou sempre rápido nas audiências públicas, sou sempre muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - O Vereador Dalton Silvano está em substituição ao Vereador Abou Anni.

O SR. DALTON SILVANO - O que vou falar é muito rápido, até pela minha experiência, também como V.Exa., que chegamos aqui juntos, sobre o que eu penso sobre a situação. Considerando e respeitando a presença de todos, penso que se nós fizermos a audiência com os secretários adjuntos não vai inviabilizar outra audiência pública.

O Regimento exige, no mínimo, duas audiências públicas, nós podemos fazer duas, três, quatro, antes de votar. Nós não votamos nem em primeira ainda.

Penso, querido Presidente, nobre Presidente, demais Vereadores, respeitando o povo presente, aproveitando que os secretários adjuntos estão aqui, vamos ouvir e marcar outra. No Plano Diretor, nós fizemos 200 audiências públicas. Ontem fui à audiência pública. Apenas para que possamos extrair dos adjuntos aquilo que eles querem ouvir hoje.

Querem marcar outro dia? Até porque, Vereador Aurélio Nomura, não dá para converter, salvo melhor juízo se houver outra opinião jurídica, é que como esta audiência pública já foi convocada oficialmente, publicada em *Diário Oficial*, ela é uma audiência pública. Não tem como converter.

Penso que nós poderíamos fazer esta audiência e depois marcar outra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Srs. Vereadores, senhores e senhoras presentes, democrático que sou, vou respeitar a decisão da maioria.

Venho aqui, Vereador Dalton Silvano, para presidir a audiência pública. Só me sinto

mal em presidir sabendo que o povo está sendo enrolado, que não veio para decidir. Mas vou respeitar a decisão dos Srs. Vereadores.

Vou colocar, de ofício, em votação a manutenção ou não da audiência pública, sem os secretários da pauta. Os Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

Como vota o Vereador Dalton Silvano?

O SR. DALTON SILVANO - Voto favorável à manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Como vota o Vereador Jair Tatto?

O SR. JAIR TATTO - Favorável à manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vereador Aurélio Nomura?

O SR. AURÉLIO NOMURA - Contrário, nós deveremos ouvir os secretários aqui.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vereador Ricardo Nunes?

O SR. RICARDO NUNES - Favorável. Favorável à manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vereador Police Neto está em substituição, então não vota.

Vereador Paulo Fiorilo?

O SR. PAULO FIORILO - Voto favorável à manutenção, em respeito aos que vieram e ao secretário, em exercício, de Sempla e aos representantes de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Já está decidida a matéria. (Palmas) Faremos a audiência pública registrando meu protesto e sabendo que... Me sentindo totalmente, mas respeitando. Como cabe ao presidente presidir e respeitar os senhores membros, ficando como voto vencido, voto também pelo adiamento, mas vou respeitar a decisão dos membros da Comissão. É o que me cabe, não posso martelar, tenho que respeitar. Senão não seria o presidente da Comissão, estaria impondo a minha vontade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, eu não posso. Não é decisão, não é vontade pessoal. Mas fica registrada a minha indignação. De imediato, passo a encaminhar.

Convido o representante, o Adjunto da Secretaria de Finanças, que tome assento à mesa, pode consultar os assessores; o representante da Secretaria de Planejamento pode tomar assento à mesa, podendo consultar seus assessores; e da Secretaria de Transportes, indago quem está presente? (Pausa) Tome assento à mesa, para encaminharmos.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Registre-se a presença do chefe de gabinete, da Secretaria de Cultura.

Como é audiência pública do Orçamento, na cronologia, vamos abrir a palavra para o Secretário de Planejamento e Finanças. (Palmas) Se quiserem fazer uso do telão para uma breve exposição. Em seguida o Secretário de Finanças.

Secretário Adjunto de Planejamento, Sr. Rodrigo, falará primeiro ou a Sra. Mariana? Sr. Rodrigo, Secretário em exercício. Mas a Sra. Mariana está presente? Já estou mais confortável, agora que a vi no Planejamento, estou mais confortável. Mas registrando meu protesto pela ausência, mas a senhora me dá conforto.

Faço questão de registrar que é uma das profissionais mais competentes, não menosprezando o Sr. Secretário. A Sra. Mariana, assessora da Dra. Leda, é uma das profissionais mais competentes com quem trabalhamos no nosso dia a dia, é a presidente da Fundatec, ela se faz presente e poderá nos assessorar a respeito do Orçamento, naquilo que poderemos contemplar ou não. Então reveste, neste momento, de mais credibilidade.

Mas fica o protesto político da ausência da Sra. Secretária. Ela deveria estar presente.

Sr. Rodrigo, por favor, tem V.Sa. a palavra.

O SR. RODRIGO – Bom dia a todos, é um prazer estar, de novo, nesta Casa, para debater esse assunto tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Perdão, vou interromper para dizer que naquela mesa, à direita, onde estão aquelas pessoas, devem inscrever-se aqueles que queiram manifestar-se.

Hoje, excepcionalmente, vou encaminhar da seguinte forma: vamos ouvir o povo, depois do Sr. Secretário. Normalmente os Vereadores falam primeiro, hoje vou encaminhar de forma contrária, falará o povo na forma de inscrição. Se os Vereadores não tiverem óbice, assim o faremos.

Alguém tem alguma objeção? (Pausa) Não. Está definido.

O Secretário falará um breve comentário a respeito da exposição que deve externar, mas considerando a peça proposta. Tem V.Sa. a palavra.

O SR. RODRIGO – Obrigado, Vereador Milton Leite. Bom dia a todos, é um prazer estar nesta Casa para debater com vocês o Orçamento de 2015.

Queria fazer algumas considerações iniciais em nome da Secretária Leda. Já pedi desculpas pelo fato de não poder estar presente. A Secretária, como a maioria já sabe, tem uma vida acadêmica que não deixou quando se tornou Secretária. Ela continua dando aulas na Universidade de São Paulo, onde ela é Professora no Departamento de Economia e tinha um compromisso marcado, há mais de três meses, que era um encontro na Associação Nacional de Pós Graduação em Economia.

Quero dizer que a Secretária está afastada formalmente, estou como Secretário em exercício, estou oficialmente como Secretário hoje. A Secretária tirou uma licença sem vencimentos para ir ao evento, ou seja, não está recebendo pelos dias em que está de licença. Só para deixar claro. A Secretária foi bastante atacada, a meu ver injustamente.

Estou aqui hoje oficialmente representando a Secretaria e estou substituindo a Secretária, com Portaria do Prefeito Fernando Haddad.

Quero dizer algumas palavras a respeito do Orçamento, que, enfim, a Secretária já esteve numa primeira audiência, que foi feita na Câmara, na primeira audiência geral, a Secretária Leda Paulani esteve presente, já fez uma apresentação prévia do Orçamento.

Sempre fazemos questão de destacar, desde o começo da gestão, desde do Orçamento elaborado no ano passado, em 2013, que a proposta apresentada pelo Executivo, já passou por amplo processo de participação popular.

Constituímos o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo do Cepop, presidido pela Secretária Leda Paulani.

Então, ao longo desse ano, teve várias reuniões do Cepop, vários dos membros estão aqui – que participam do Cepop, vários membros que foram eleitos nas subprefeituras, membros eleitos pela própria população em audiências públicas realizadas em cada subprefeitura. A Secretária presidiu todas essas reuniões. Então, eu queria dizer que a Secretária não está se furtando ao debate, de forma alguma. Muito pelo contrário. S.Exa. participou de todas as reuniões do Cepop, como Presidente do Cepop que é. Ela foi pessoalmente também às audiências públicas que o Executivo organizou nas 32 subprefeituras durante a elaboração da proposta orçamentária pelo Executivo. A Secretária Leda Paulani esteve nas audiências públicas da Lapa, pessoalmente, e da Vila Mariana e da Vila Maria. Só queria dizer que a Secretária tem se empenhado pessoalmente no processo de participação na discussão da elaboração dessa proposta orçamentária. S.Exa. não pôde estar aqui hoje, repito, em virtude de um evento que estava marcado há vários meses. Exatamente por isso eu a estou substituindo formalmente.

Com relação a essa proposta orçamentária, queria dizer que foi um processo de construção muito importante, com vários projetos tendo sido priorizados nas subprefeituras pela própria população durante as audiências públicas. Então, foi um processo participativo, que foi organizado em diversas etapas. Primeiro, tivemos a priorização da subprefeitura, dos projetos prioritários para cada subprefeitura, que foram contemplados. Tivemos também

discussões nos conselhos temáticos de Saúde, Educação, Assistência Social e assim por diante, de maneira que os Conselhos puderam, todos eles, colocar uma proposta prioritária para que fosse incluída na proposta orçamentária, e, finalmente, a terceira etapa se deu com as audiências públicas nas subprefeituras. Foram 32 audiências nas subprefeituras, territoriais, e mais três audiências temáticas.

Tenho bastante orgulho de dizer que essa proposta orçamentária teve um amplo processo de participação popular e esse processo continua ainda depois da proposta do Executivo. Depois da proposta do Executivo, o Relator, Vereador Ricardo Nunes, também fez um grande trabalho de realizar audiências públicas na Câmara Municipal. Essas audiências todas se refletiram no relatório de S.Exa. Então, queria agradecer ao nobre Vereador, que melhorou a proposta orçamentária com as sugestões da população nas audiências públicas. S.Exa. apresentou uma nova proposta também fazendo, em uma quarta etapa, um processo de participação, comandado pela Câmara, e não pelo Executivo.

Era isso que queria dizer. Agora deixo o Secretário de Finanças falar. Depois, abriremos espaço ao debate. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Rodrigo, V.Sa. não fez uma menção sequer ao Relatório produzido. Se o relatório produzido até aqui é acompanhado pelo Executivo, na figura de V.Sa. ou não. Esse é um dos principais motivos de as pessoas virem aqui para comentar. Há uma peça publicada. V.Sa. não falou sequer do relatório produzido. Está anuindo o relatório?

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Com relação ao relatório, foram feitas algumas mudanças, especialmente com relação às subprefeituras. Enfim, acho que é legítimo que o Legislativo faça essas alterações. Houve também algumas mudanças. Nós já conversamos com o nobre Vereador Ricardo Nunes a respeito de algumas questões técnicas que considerávamos estar mudando um pouco a cara do Orçamento e que talvez dificultasse um pouco na execução do ponto de vista do sistema. Mas acho que são detalhes. Na verdade,

o relatório mudou pouco da proposta orçamentária e, naquilo que mudou, o espírito é importante, pois era, especialmente na parte das subprefeituras, de descentralizar os recursos.

Já estávamos prevendo, na verdade, essa descentralização. Havia uma dotação ou outra que tínhamos deixado centralizada na coordenação das subprefeituras, meramente com o propósito de aumentar a eficiência na execução, mas entendemos que, do ponto de vista político, talvez seja melhor mesmo deixar distribuído, como fez o nobre Vereador, esses recursos nas subprefeituras.

Então, já tivemos essas conversas e, enfim, não temos muito a acrescentar ao relatório nesse ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, V.Sa. está anuindo com o relatório? Obrigado.

Só uma questão rápida, porque preciso passar para o representante de Finanças. Ventilou-se a possibilidade de o Banco do Brasil assumir a exclusividade das contas.

- Comentário fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Manter, a manutenção. Reassumir por mais um período. E isso geraria um ativo significativo. V.Sa. tem conhecimento desse novo recurso? Rodrigo.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Sim, temos conhecimento, e esse recurso já estava previsto na proposta orçamentária de 2014. Já estava previsto, pois estávamos esperando que essa negociação fosse ocorrer e na proposta orçamentária de 2014 estava prevista essa receita.

Comentários simultâneos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sim, mas tem uma parte...

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Receita patrimonial. Já estava previsto o valor de 540 milhões na proposta orçamentária deste ano. Então, esse recurso, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - De 2014. E 2015?

O SR. RODRIGO – Esse recurso estava sendo esperado para 2014. Não é um novo recurso para 2015.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo bem, mas não entrou em 2014. A pergunta é: entrará quando? 2015? Então, vamos utilizar em 2015 de que forma?

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – O recurso, na verdade, vai entrar uma parte em 2014 e uma parte em 2015, porque o Banco do Brasil vai pagar isso em parcelas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quanto? Em 2015?

O SR. RODRIGO – Em 2015, está entrando o valor de 116 milhões, dos 540 milhões previstos. Vai entrar menos do que estava previsto. Em 2014.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Em 2015.

O SR. RODRIGO – Em 2014, 116 milhões. E o restante vai entrar em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas eles não estão inscritos na Peça Orçamentária.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Na Peça Orçamentária deste ano estavam previstos 540.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – 2015.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Para 2015 não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, nós temos mais 540 milhões para gastar? Quatrocentos? São 464? É isso?

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – O que acontece? Estavam previstos 540, certo? Mas, na verdade, entraram este ano, por conta de a negociação ter demorado um pouco e só ter sido concluída agora no final do ano, e por conta de o pagamento ser parcelado, só 116 milhões. O que vai ocorrer é que o restante, que vai entrar no ano que vem, servirá para pagar restos a pagar deste ano. Então, não é um novo valor que vai aumentar o orçamento disponível para o ano que vem. Estava previsto na Peça Orçamentária deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na verdade, os senhores vão fazer caixa com

o dinheiro e não vai...

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA - Não, mas o regime.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Secretário, aí gerou um problema.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Isso não está na proposta do...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se não tem o dinheiro, o senhor não vai pagar o restos a pagar?

O SR. RODRIGO – Não, não é que não pagaria os restos a pagar. Não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não é bem assim, nós estamos maquiando o Orçamento desse jeito, Secretário. Se não estava previsto, se a negociação não estava fechada, teria de estar contemplado. Ou tem o dinheiro ou não tem. Se não estava previsto, o senhor não iria pagar o restos a pagar? O saldo de caixa, o senhor não iria pagar?

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Não é que não iria pagar, Vereador. Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pode, deve. Não é para mim, é para o povo. A minha dúvida é a do povo.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – A gente simplesmente não... Não está esse recurso previsto na proposta orçamentária do ano que vem porque, primeiro, a negociação foi concluída depois de a Peça Orçamentária ter sido enviada para Câmara. Além disso, esse valor estava previsto no Orçamento deste ano. O valor total da...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O ano de 2014 não está em questão, a questão é 2015. Estamos a dias de 2015, de votar Orçamento para 2015. Nós queremos saber por que... Já concluiu, então, V.Exa. pode mandar a esta Casa um aditivo, uma carta, como a Secretária Leda fez na questão do remanejamento – pode fazer de punho – dizendo o seguinte: “Os 464 milhões serão gastos desta forma”, porque senão vamos gastar de outra forma.

Agora, ficou estranho não estar dito até agora. Então, não ia pagar... Se não

negocia, emperra, e não vamos gastar o dinheiro? Não podemos esconder isso da população. (ininteligível) tem agora o dinheiro. Estou pedindo a V.Exa.: “Faça de próprio punho e entregue aqui à Presidência da Casa”. Senão, as pessoas vão falar: “A Câmara vai gastar 400 milhões, que resolve a maior parte da demanda aqui presente, mas não resolve...” O deles, não. Vão falar: só tinham 464 milhões. Pelo que V.Exa. está falando, não tem nem mais um centavo. Vão gastar exatamente 464 de restos a pagar. Não sobra nada para fazermos frente a outra despesa, Rodrigo? É essa a dúvida.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Não entrou na proposta porque a negociação foi concluída já depois da ...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo bem, mas estou lhe perguntando: “Sobra algum recurso para investirmos na Cultura, no Transporte Escolar? O que sobra dos 464 milhões?”.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Não tivemos tempo de fazer essa análise, Vereador. Mas a negociação...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então tem dinheiro?

- Manifestação da galeria.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – A negociação...

O SR. RICARDO NUNES – Permite um aparte, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Agora complicou. Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Pessoal, deixe eu resumir para vocês.

- Manifestação da galeria.

O SR. RICARDO NUNES – Se não conseguirmos ter um debate legal, não fica produtiva a audiência pública.

No dia 6 de dezembro, sábado passado, foi publicado o extrato do contrato. O que é isso? A Prefeitura renegociou com o Banco do Brasil para que ele gerencie as contas de milhares de funcionários. Isso gera um valor para a Prefeitura de 580 milhões. Isso era para ter

sido feito no começo do ano, ou durante o ano, mas foi se desencadear só agora, no final do ano. Era para esse dinheiro ter entrado em 2014, estava previsto na Peça deste ano. Era para ser o valor de 560 milhões. A Prefeitura deferiu para receber 116 milhões agora em dezembro, dia 15, provavelmente, e o restante, 466 no ano que vem, e passou para 580 milhões.

Então, com relação a esse valor de 464 milhões, nós vamos colocar na Peça Orçamentária do ano que vem, mas isso aconteceu sábado. Então, calma. Só para termos a informação correta. O que estamos pedindo ao Executivo? Para nos dizer para onde vai direcionar o recurso. Por quê? A receita pública é regime de caixa. O que é regime de caixa? Vale o ano que entra o recurso. Isso é legislação, não é a Câmara que vai mudar nem o Executivo. Dinheiro público é regime de caixa. Então, 464 milhões terão de ser incluídos na Peça Orçamentária do ano que vem e vamos trabalhar isso junto.

Agora, reafirmo: foi assinado sexta-feira, publicado sábado no *Diário Oficial*, e hoje é terça. Então, nem deu tempo para discutir isso aí. Então, aguardamos do Executivo as indicações dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Concluindo, nobre Vereador, porque preciso ouvir o povo.

V.Sa. concluiu sua fala, Dr. Rodrigo?

Rogério, falando pela Secretaria de Finanças.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Já. Fui contemplado pela fala do Vereador Ricardo Nunes. S.Exa. já esclareceu o que eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Teremos 464 milhões para gastar, então?

- Comentários fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu gosto da (ininteligível) porque ela é rápida. Ela fala: “Não tenho dinheiro”. Não tem?

Rogério, representante da Secretaria de Finanças, tem a palavra. Temos ou não temos dinheiro?

O SR. ROGÉRIO – Bom dia a todos. É um prazer participar deste debate. O primeiro esclarecimento é que, infelizmente, esse recurso não gera uma disponibilidade financeira adicional para o exercício de 2015. Então, não há disponibilidade de arcar novas despesas com esse recurso.

Para esclarecer o que aconteceu, esse contrato, esses recursos estavam previstos na Peça Orçamentária de 2014 e os trâmites para a celebração do contrato já estão em curso há pelo menos dois meses. Sem esse recurso, várias despesas, e despesas de investimento que estão sendo feitas no último trimestre de 2014, não poderiam ter sido realizadas. Como esse contrato caminhava para um desfecho favorável, era questão de trâmite administrativo, várias obras puderam ser viabilizadas com esse recurso, e a execução dessas obras ocorrem nos meses de outubro, novembro e dezembro e os pagamentos são, em geral, inscritos em restos a pagar e são pagos no primeiro trimestre do exercício de 2015. Então, esses recursos, os 580 milhões, vão arcar despesas estão contratadas no exercício de 2014. Então ele não gera um lastro adicional para o exercício de 2015.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Vou confessar que fiquei com uma pequena dúvida. O Orçamento de 2014 estabeleceu uma previsão de negociação com o Banco do Brasil, que se projetava um valor em torno de 440 milhões de reais originariamente. Então, no Orçamento, 550. Esse recurso já foi empenhado em obras de investimento, como o senhor falou? Quero perguntar que decreto autorizou você a fazer empenho de receitas ainda não existentes. Porque não estou conseguindo entender como o processo de negociação do Banco permitiu um empenhamento. Não estou conseguindo encontrar o argumento crível para algo como isso. Imagina o seguinte, imagina se essa negociação não acontece e você tem uma obra contratada, que você já tem previsão para deixar para restos a pagar. Qual que era a fórmula de fazer o pagamento disso, se a negociação não fosse conclusa?

R - O ciclo da despesa inicia com a reserva que permite fazer, realizar uma licitação; depois, o empenho, que é basicamente a autorização para a realização da despesa; depois, a liquidação, que é o "atesto" de serviço; e o pagamento. No caso, houve autorização como... O ciclo anual gera uma disponibilidade de despesa a partir da previsão de receita. Não é possível esperar a realização de todas as receitas para autorizar algumas despesas, senão haveria um engessamento excessivo da máquina, e isso é feito ao longo da última década.

Em relação a essas despesas que têm como lastro a alienação, a celebração desse contrato da venda do Banco do Brasil, houve a autorização para o início das despesas nas licitações e para alguns empenhos, o que não contraria o ciclo orçamentário ou a autorização normativa prevista para o exercício. Então não há nenhuma incompatibilidade entre o que está ocorrendo na execução e a disponibilidade de caixa da Prefeitura. A Prefeitura honra e continuará honrando os seus compromissos.

Pois muito bem. A eficiência administrativa de restos a pagar ela não se executa 100%. Aí pergunto, continuo perguntando: quanto vai ficar aqui para nós gastarmos com o povo? O senhor não vai pagar 100%. Se fizermos um histórico médio, saberemos que há sempre um deltazinho, uma diferença, que podemos atender a demanda popular. Por que não fazemos um acordo aqui com o povo? Olha: "você tem tanto para gastar, e vamos distribuir aqui para o povo".

R - Mas, Vereador, esses restos a pagar também são demandas populares que estávamos prevendo nos nossos planos de investimento que é o Plano de Metas - só para esclarecer. É que está dando a impressão, como vocês estão colocando...

P - ... (ininteligível)... É que o senhor tinha demandas - demandas - de obras e serviços que estavam previstas em 2014.

R - Exato. Isso.

P - Pois é. Não executa 100%, não cumprem, as Secretarias não cumprem. Então, não cumprindo, sobra.

R - Sim. É, mas não podemos trabalhar nela agora sendo a própria Peça Orçamentária, já com uma perspectiva de frustração, sem saber se a frustração se realiza ou não, não é?

P - Ou seja, vocês querem ter gordura para trabalhar, não querem deixar nada para o povo.

R - Se, no final do ano, sobrar...

P - Vamos fazer um acordo aqui com o povo aqui.

R - Aí eu discordo.

P - Deixa alguma coisa.

O SR. PAULO FIORILO - Pela ordem, Sr. Presidente.

- Manifestações na galeria.

R - Eu discordo porque...

O SR. PAULO FIORILO - Sobre essa questão, para ajudar.

P - Pois não, Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Queria sugerir à Secretaria de Planejamento e à Secretaria de Finanças que, talvez, pudessem apresentar quais são as obras, as atividades que foram previstas com esse recurso e exatamente como é que eles foram alocados, inclusive para tentar dirimir essa dúvida, porque, assim, pelo que está claro aqui, como estava previsto no Orçamento de 2014, a Secretaria já definiu, já tinha definido, ou a Câmara já tinha aprovado a destinação desses recursos. Então queria sugerir, até para que pudéssemos avançar e ouvir o povo, que as Secretarias apresentassem à Relatoria e à Comissão de Finanças de que forma esses recursos foram distribuídos, em quais obras estão alocados e empenhados, para que não haja dúvida nem por parte da Comissão, nem por parte da Secretaria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - O Governo com a palavra, por favor.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Eu prefiro, senhoras e senhores. É melhor que ele faça as consultas para que responda com exatidão. Eu prefiro que assim seja.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Que responda com exatidão.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - É o que nós queremos saber: se tem esse dinheiro para atendermos demandas ou não.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Está dito que não tem dinheiro. Estamos tentando espremer. Se tiver, nós vamos gastar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - É para isso que tem audiência pública.

O SR. PAULO FIORILO - É que não propus que vocês me dessem já. Pedi que vocês enviassem para cá. Agora, se tiver já, tudo bem, me respondam.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - É melhor. Nós precisamos responder na audiência pública.

R - Não temos. Vou ver com Mariana como é que podemos fazer isso, porque, na verdade, não se tem fonte, isso aí não é um recurso vinculado. Então não tem como associar exatamente esse valor a um empenho. O que podemos tentar fazer é uma análise geral dos empenhos para apresentar para vocês. Aí sim. Não tem como, esse reforço não está vinculado, a entrada de recurso.

- Manifestação na galeria.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO FIORILO - Então está claro que não tem vinculação, mas, assim, como foi dito aqui, esses recursos estavam previstos. É óbvio que não amarramos o recurso a

determinadas obras, mas à expectativa de. Então, por exemplo, bem, o Orçamento da Cidade, vocês empenharam... É que há uma informação aqui de que vocês... Que houve uma decisão de empenho ou que os empenhos foram feitos agora, ou foram feitos ao longo desse ano. Precisava-se saber o seguinte bem, está aqui, olha: tínhamos a previsão dos 540 milhões. Esses 540 milhões fizeram parte dos empenhos de "X", "Y", "Z:". Não sei se isso é possível, até para poder resolver: "Ah, o dinheiro foi empenhado e vai ser executado a partir de 2015".

R - Sim.

O SR. PAULO FIORILO - Não sei se é claro, se é possível.

R - Podemos citar, vamos tentar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Pediria a V.Exa. que falasse próximo ao microfone porque está difícil a audição.

R - Tá. Nós vamos fazer isso. Só que é como falei, não tem como especificar exato, porque esse recurso exatamente entrou para essa finalidade. O que podemos dizer é o seguinte: de uma maneira mais geral, como já sabíamos, por exemplo, nas reuniões da JOF, do último trimestre, como já sabíamos que esse recurso ia entrar, porque o contrato já estava quase fechado, então começamos a autorizar várias coisas, tendo em vista que havia 99,9% de chances de que esse recurso iria entrar. É isso. Não estamos vinculando certos investimentos à entrada desses recursos, mas certas autorizações de empenho levavam em conta uma certeza de quase 100% e que esse recurso iria entrar, na medida em que as negociações estavam já avançadas. Mas sempre pensando em gastar o recurso em 2014. Em nenhum momento estávamos pensando de esse recurso entrando em 2015. Isso foi fruto da própria demora das negociações, enfim, que é um processo complexo de avaliar o valor da folha de pagamentos e tudo mais e, em virtude disso, acabou saindo mais para o final do ano a assinatura do contrato. Mas, ao longo do ano de 2014, especialmente nos últimos dois trimestres, já se estava contando com esse recurso na hora que se estava autorizando, quando a JOF estava autorizando diverso empenho de diversas Pastas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Antes de dar continuidade, quero registrar os representantes do Tribunal de Contas do Município que acompanham a presente audiência pública: Dr. Noé D'Agostini Neto, Roberto Figueiredo Costa, que se fazem presente acompanhando a audiência pública. Estão sentados aqui nessa cadeira, no meio da plateia, acompanhando a audiência. Se quiserem tomar assento aqui, fiquem à vontade, serão sempre bem acompanhados. Mas eles sempre se fazem presentes e acompanham.

Eu, de imediato, vou ouvir o povo da seguinte forma: já temos 24...

O SR. RICARDO NUNES - Presidente, como que ficou o encaminhamento então? Eles vão passar para nós uma relação do que está vinculado com os restos a pagar?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Sim.

O SR. RICARDO NUNES - Oficialmente, por escrito?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Nós vamos insistir...

O SR. RICARDO NUNES - Aí nós consultamos o Tribunal de Contas com relação a isso e tocamos?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - E tocamos para ver se há dinheiro sobrando, porque precisamos atender a demanda do povo. Chamar a audiência para dizer que não tem dinheiro... Manda um comunicado pela televisão: "olha, não faz audiência pública, não tem dinheiro, não precisa nem vir porque não tem dinheiro". "Vamos fazer uma reunião lá, mas não tem dinheiro". Fazemos a audiência pública e falamos: não tem dinheiro para gastar. Não tem um centavo para remanejar. Viemos aqui fazer o quê. Audiência pública para cumprir uma formalidade. Não adianta insistir que não tem dinheiro. Vocês vêm aqui para mudar.

Por isso estou insistindo, Srs. representantes do Executivo, insisto nisso, há demanda. O povo vem aqui na esperança de alocar algum recurso. Estou insistindo para que abram algum recurso para que possamos atender a demanda dos aqui presentes.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, tendo em vista a necessidade de resolver isso logo, podemos já solicitar ao Tribunal de Contas e aos representantes da

Secretaria que façamos uma reunião à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou insistir nesta reunião ainda. Vou suspender os trabalhos por um minuto para falarmos que vamos precisar de algum dinheiro para gastar com o povo. Vamos ter de conversar.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos ouvir agora o nosso Secretário Adjunto de Planejamento, Dr. Rodrigo, por favor, tem a palavra.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Vereador, para fechar o que estamos discutindo a respeito desse recurso.

Então esta Casa já havia autorizado no orçamento de 2014 as despesas que estavam previstas para esse recurso. Volto a repetir: esse recurso já estava previsto no valor de 550 milhões. Acabamos fazendo uma negociação boa e conseguimos um pouco mais, a Secretaria de Finanças conseguiu 580 milhões. Isso já estava previsto na peça orçamentária de 2014 e esta Casa já tinha autorizado a despesa para esse exercício.

Então não dá para colocar essa receita para o ano que vem, porque embora vá entrar no ano que vem, já há uma série de despesas que esta Casa tinha autorizado no orçamento de 2014 e que autorizamos com base sabendo que essa receita iria entrar. E vamos agora inscrever diversas despesas em restos a pagar, como o Rogério Ceron já falou que são, portanto, despesas deste ano, mas que vão ser pagas no ano que vem quando esse recurso entrar, uma vez que foi um pagamento parcelado.

Então não dá para mentir para a população e dizer que tem um dinheiro adicional porque não tem. Esse recurso de fato já está comprometido. Não quero fazer um discurso incorreto para a população. Embora esse recurso vá entrar no ano que vem, ele já está comprometido.

Então o que tenho a dizer é o seguinte: já temos a transferência nas contas da

Prefeitura que é total. No site da Secretaria de Planejamento está disponível, a qualquer momento, para quem quiser acompanhar a execução. Estão todos os dados lá abertos. A transparência é completa. Qualquer cidadão pode acessar a execução orçamentária.

Além disso, acabamos de implementar agora o orçamento cidadão. Inclusive, vamos mandar nos carnês do IPTU como é que os recursos da Prefeitura são gastos, que é para a população ter essa consciência de que não dá para criarmos dinheiro agora numa audiência, Vereador. Não tem como a gente descobrir recurso agora assim no meio de uma audiência pública.

Trabalhamos com seriedade, ou seja, temos uma projeção da receita para o ano que vem. Sabemos que essa receita, embora entre no ano que vem, já estava prevista para este ano. Então não dá para enganar a população agora e dizer que vai ter um recurso adicional por causa desse recurso que já está comprometido, inclusive, com investimentos que já foram autorizados por esta Casa.

Ou seja, não estamos fazendo nada de ilegal. Estamos simplesmente seguindo o orçamento que é a projeção de receita. O Legislativo aprovou as despesas com base nessa projeção de receita, inclusive, o Executivo entregou.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só para complementar, Secretário, não há diferença entre os valores, o previsto para 14 e 15, o valor negociado e essa diferença, como vamos fazer?

O efetivo negociado e o efetivo que o senhor tem previsto para 2014. E o efetivo, o valor do contrato. Isso gerou uma diferença. Nessa diferença o senhor concorda em disponibilizar?

R – Como disse, em várias despesas autorizamos e vão ser inscritas em restos a pagar. Estão sendo inscritas agora para pagar no ano que vem.

P – Tudo bem, mas o senhor não poderia prever o que não estava previsto. A diferença é maior agora do que o valor original do contrato.

R – Mas assim como tinha nesta receita, como conseguimos pelo esforço da Secretaria de finanças, uma realização de receita maior do que era previsto, em outras receitas tivemos uma realização menor.

Por exemplo, a arrecadação do ICMS está caindo. Então não dá para dizer que porque se ganharam 30 milhões em uma fonte de receita, que podemos autorizar uma despesa adicional, sendo que há outras receitas que entraram abaixo da projeção, Vereador. Trabalhamos com o todo, não dá para trabalhar só com uma receita, uma fonte.

P – Vamos ouvir a demanda do povo. Nessa perspectiva diminui-se a esperança...

R – Mas temos ouvido, Vereador, as demandas do povo. Essa peça orçamentária que o Executivo apresentou passou por um processo participativo. Ouvimos todos os conselheiros nas subprefeituras, então temos ouvido o povo o tempo todo. Não começamos aqui a ouvir o povo, Vereador.

P – Secretário, então pela vossa palavra seria dispensável esta audiência pública. Não faça isso.

R – Não Vereador.

P – Mas o senhor está dizendo que já foi feito, já foi decidido. O que estou fazendo aqui?

R – Não é que foi decidido. Só quis dizer que o processo de participação não começou aqui. Só isso.

P – Então o que estamos fazendo aqui?

R – É outra etapa muito importante.

P – O que estamos fazendo aqui?

R – Mas é uma continuidade do processo participativo que já vem desde o começo.

P – Mas sem esperança de mudança.

R – Não é isso, Vereador. Inclusive, entregamos a melhor proposta que o Executivo podia fazer pelo processo participativo.

P – Entendi, Secretário. A pergunta é: vamos ouvir as pessoas, a demanda. Eles vieram aqui para pedir. Não vieram fazer turismo aqui. Cada um tem uma prioridade.

O que já foi feito, a audiência foi produzida em relatório do relator. V.Sa. anuiu.

Eu pergunto: o que é que vamos fazer com as demandas de hoje? Vamos ouvir os representantes da Secretaria de Transportes, ouviremos o povo.

Qual a preocupação com a Secretaria dos Transportes hoje na audiência pública: a tarifa. Os senhores também vão falar a respeito disso.

Foi dito numa audiência pública com a Secretaria de Transportes que cerca de 1,4 bilhões seriam suficientes para as compensações tarifárias. O valor executado neste ano não é suficiente. Ou seja, tem um déficit.

Então, nós indagamos os representantes da Secretaria de Transportes que farão uso da palavra neste instante, o Sr. Denilson – eu não sei quem vai se manifesta, acho que é a Maria Lúcia, não é isso? Quem vai falar pela Secretaria?

Denilson, qual o questionamento da Comissão e que permanece hoje? Tem os valores avançados na peça orçamentária que cerca de R\$ 1,4 bi; R\$1,419 se não me falha a memória, é isso? Não são suficientes. Está prevista a tarifa. O que é que vamos fazer com essa diferença.

Tem, V.Sa., a palavra.

O SR. DENILSON FERREIRA – Denilson Ferreira. Sou Diretor Administrativo-Financeiro da SPTrans.

Bom dia a todos e todas, Srs. Vereadores e colegas da Prefeitura.

Essa discussão da tarifa está submetida à auditoria que está sendo promovida em toda a conta sistema, que está sendo realizada e que tem uma previsão de conclusão para o início de janeiro, início de 2015. Então, só haverá, de fato, a discussão concreta a respeito da tarifa a partir desse momento.

A peça de 2015 prevê, de fato, 1 bi e 400 mi e alguma coisa em termos de

compensação tarifária. Associado a isso vem todo um processo de nova licitação da concessão, onde se pretende incrementos tecnológicos, revisão de toda a estrutura do transporta na cidade de São Paulo, no sentido de avançarmos tanto na qualidade quanto na utilização de novas tecnologias.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas veja, Denilson, como é que nós vamos adentrar o ano de 2015 com uma dúvida desse tamanho?

Não sabemos a nova tecnologia quanto vai gerar. Se nós não temos a nova tecnologia, que estamos discutindo por empresas, porque vocês publicaram pela Secretaria de Transportes que não sabem qual é a fórmula, quanto vai gerar de redução. Nós vamos entrar numa aventura.

V.Sa. reconhece que estamos com déficit. Não é possível. Precisa de aumento da tarifa de ônibus. E não sabe qual a tecnologia porque estão discutindo com uma empresa gerenciadora contratada, que foi publicada uma licitação para contratar.

Se estou contratando uma empresa para projetar o que terei de sistema, como posso garantir - e dar tranquilidade para o povo de São Paulo - que essa nova tecnologia vai gerar mesmo um superávit.

Eu tenho a expectativa de que melhore. Mas se nem sei o que é, como vou dizer como é que vamos mantermos a economia com o desse tamanho.

Vocês estão contratando agora a empresa, não é isso?

R – Acabou de ser contratada, mas já iniciou o trabalho.

P – Vocês estão contratando agora a empresa que vai dizer qual é o modelo, é isso?

R – Esse contrato estabelece a nova rede de referência, como é que vai ser estruturado o novo processo de concessão que deve ser licitado em meados do próximo ano, como é que vai ser estruturado todo esse novo modelo.

P – Pois é, Denilson, mas você vai licitar no meio do ano. Nós estamos falando em

2015. Se o senhor vai licitar no meio do ano, até chegarem os estudos... Vamos ser cronológicos: a licitação demora, no mínimo, 120 dias. Se o senhor começar no meio do ano, acabou o ano. O rombo permanece.

R – O nosso cronograma é que o edital seja lançado por volta de março e, por consequência de todas essas transformações, nós entendemos que haverá, sim, um ganho em relação ao modelo atual.

P – Quanto? Não sabe?

R – Então, é isso que está sendo estudado e reestruturado.

P – Eu estou entendendo. Mas, se nós não sabemos o modelo, porque a empresa foi contratada agora, como é que vamos garantir que haverá dinheiro para pagar os transportes.

R – Isso depende, também, Vereador, dessa auditoria que está sendo concluída.

P – Pois é.

R – Essa auditoria tende a nos mostrar caminhos relevantes, importantes.

P – O Rodrigo está ansioso para falar. O Planejamento com a palavra.

O SR. RODRIGO – Eu só queria dizer o seguinte, como a gente fez. Como a gente sabia que ainda tem essa auditoria que está sendo realizada, a gente vai rever o modelo de transporte, não sabemos ainda o quanto, mas sabemos que isso vai levar a uma redução dos custos do sistema – esperamos que leve.

Então, a gente optou por fazer uma proposta conservadora: mantivemos no orçamento para este ano de 2015 o valor que a gente tinha colocado para o subsídio no orçamento de 2014 com mais alguma correção pela inflação. Foi uma opção exatamente para não comprometer recursos que a gente não sabe se, de fato, vai precisar gastar com o transporte. Então, mantivemos o valor corrigido pela inflação para manter o mesmo nível de subsídio deste ano.

P – Rodrigo, tudo bem...

R – É uma medida conservadora, se não se faço: vamos colocar 2 bilhões? Não.

P – Que é o que vocês vão gastar neste ano.

R – Porque a gente engessaria o restante do orçamento e deixaria de colocar, deixaria de contemplar várias demandas sociais que estão aqui. Ia ser ainda pior a situação, entendeu?

P – Então, espera aí. V.Exa. disse que quer seriedade com o povo. Eu também quero. Só que do jeito que está falando, não é a mesma leitura, porque a mesma eficiência que você diz que não sobra um centavo dos 464. Nesta abertura dos transportes, gera uma dúvida enorme, porque eu não sei o modelo, a tarifa que o Prefeito colocou um Conselheiro para decidir a tarifa. Vamos falar que ele diga 3,20. Como é que vamos fazer? Não será pelos 0, 20 só, não é? Você entendeu, Rodrigo, a seriedade do que você está tratando? Você cobrou há poucos instantes aqui. Então, cobre da mesma forma lá do outro lado.

R – Eu entendi

P – Quer dizer, se eu não tenho o modelo e não sei quanto eu vou gastar. E se tiver, onde é que vou cortar?

R – Perfeito, Vereador. Então, o que é que a gente fez? Quando você está elaborando a peça orçamentária, poderia tomar a decisão de prever um aumento muito grande para o subsídio. Só que para isso a gente teria que tirar de várias áreas, ou seja, várias áreas que hoje estão aqui reivindicando iam ter ainda menos recursos se a gente colocasse mais no transporte.

Então, optamos por manter o mesmo da proposta anterior corrigido pela inflação que nos dá um bom parâmetro e, ao longo do ano, depois que tiver feita a licitação e nós soubermos exatamente quanto vai ser o custo do sistema, daí, se for necessário, suplementamos ao longo do ano. Mas a gente acha que não vai ser necessário, uma vez que já colocamos o mesmo recurso de subsídio neste ano na peça. Já está garantido o mesmo valor e, ainda por cima, pode ser que os custos caiam com a auditoria. Foi isso.

Se não o que a gente vai fazer? Eu não podia colocar na Peça Orçamentária, supor que vai gastar mais 300 ou 400 milhões de subsídio e ter que tirar isso da Saúde, da Educação e de outras áreas que estão também aqui reivindicando recursos na Peça Orçamentária, Vereador.

P – Esclarecidas as dúvidas, passo a ouvir os presentes.

Os Srs. Secretários, representantes do Governo, peço que falem menos que 3 minutos previstos no Regimento. Temos 40 inscritos. Para os inscritos, vamos ser objetivos nas perguntas para que o Secretário responder “dá” ou “não dá”. Vamos fazer perguntas num tempo não superior a dois minutos. Agora não dá para fazer mais discurso. As perguntas serão anotadas e, ao final de cada 6 perguntas, os membros da mesa respondem.

Aberta a palavra para os primeiros inscritos: Gláucia Maria, Jorge Davi, Luciana, Douglas, Ruivo Lopes, Eduardo e Mehej.

Passo a palavra ao Vereador Paulo Fiorilo, que presidirá a sessão por alguns minutos.

Registro a presença dos Vereadores Vavá e Adilson Amadeu.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, uma questão de ordem: em vez de 6 acho que tínhamos que ter o esclarecimento do Secretário a cada 4 perguntas, pois acho 6 muita coisa.

O SR. PAULO FIORILO – Vereador, já foi deliberado 6 perguntas.

Passo a palavra à Sra. Gláucia.

A SRA. GLÁUCIA MARIA – São vários problemas e não, um só. A Estação Saúde do metrô tem 100 metros quadrados, 3 pontos de ônibus, filas na calçada, e ninguém faz nada. Já recorri até ao Secretário de Transportes; foram no bairro da Saúde e mudaram todo o trânsito sem consultar a população.

Nós pagamos caro o imposto. A Saúde virou um antro. Na Rua São Sebastião tem

ponto de tudo. Ninguém resolve o problema.

Podas de árvores: há 4 anos as nossas árvores não são podadas.

Sou professora e vim aqui para falar sobre a Saúde e a Educação. No meu bairro foram fechados 3 hospitais nos últimos anos: Hospital da Saúde, Hospital do Sesi, Hospital Nossa Senhora das Graças. Até tentei levar uma UPA para lá, mas vai ser na Vila Mariana, não vai ser na Saúde. Fui convidada a vir aqui para falar sobre saúde, lazer e outras coisas mais.

Lazer: não existe uma praça. Um quarto da minha rua era de lazer há 30 anos, mas o Kassab foi lá, tirou e colocou uma linha de ônibus para subir; as casas estão todas rachadas. Já falei com todo mundo, não tem mais para quem apelar. Só para vocês terem uma ideia, sou conselheira eleita pelo meu bairro e ninguém olha para mim por conta disso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Jorge David Salgado Formiga.

O SR. JORGE DAVID SALGADO FORMIGA – Bom dia. Quero falar sobre o transporte escolar gratuito da Prefeitura, a Lei 13.697, implantada em 2001, na gestão da Prefeita Marta Suplicy. Naquela ocasião, atendia 135 mil alunos; era um projeto de suma importância. As crianças não deixaram de ter importância, porém, temos documentos que comprovam que a Secretaria de Educação, por meio de orientação – e provo por áudio e por escrito –, conduziu uma política de redução do atendimento a essas crianças. Para vocês terem uma ideia, a orientação foi a seguinte: crianças que residiam a mais de dois quilômetros, deveriam fazer a opção de frequentar uma escola mais próxima, não se importando com o vínculo da criança com os educadores e com os condutores. Simplesmente era essa a condição.

Desde 2006, o serviço tem sido reduzido. Estamos hoje atendendo 85 mil famílias, uma redução na ordem de quase 40%. Ficamos oito anos sem correção, sem aumento, com condutores alugando pneus, lanternas, porque quando falham, não há mais condições. Muitos abriram mão de seus transportes.

Foram 4.800 crianças acidentadas no ano passado no percurso da escola-residência,

residência-escola. Tenho certeza de qualquer um aqui que é pai se importa com isso e, desta Mesa, tenho certeza de que não só os Vereadores sinalizarão a favor da importância desse projeto, que mantém as crianças nas escolas e as mães podem trabalhar, porque há veículos que levam as crianças. Se elas não puderem mais contar com esse transporte, elas não terão recursos para pagar um transporte escolar.

Portanto, contamos com a sensibilidade de cada um dos senhores para o aumento dessa verba, porque não só os nossos filhos são importantes, mas todas as crianças. Não podemos pensar que o filho do pobre, crianças de seis, sete anos, pode atravessar a Ragueb Chohfi. Acho que é o momento, então, de sinalizarmos a suma importância desse projeto que vai permitir o aumento desse serviço.

Agradeço a todos os Vereadores o apoio. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Luciana Benassi Perrotti.

A SRA. LUCIANA BENASSI PERROTTI – Bom dia. Sou moradora do Jaguaré, onde, semana passada, tivemos mais uma vizinha morta.

- Oradora começa a chorar.

A SRA. LUCIANA BENASSI PERROTTI – Há três anos foi o Sr. Eduardo. Estamos pedindo à Prefeitura e ao Estado um estudo melhor daquela área. Já temos o Cingapura, a favela do Jaguaré, outra favela perto da estação; estamos rodeados de favelados; há lá muita gente boa, mas, infelizmente, há muita gente que mexe com tráfico.

- Manifestações no recinto.

A SRA. LUCIANA BENASSI PERROTTI – Eu vou falar o que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Pessoal, por favor.

A SRA. LUCIANA BENASSI PERROTTI – Infelizmente, nós estamos cercados de traficantes naquela região e o que precisamos é de uma política que olhe para isso. Nós pagamos impostos altos e eu, como professora, vejo crianças de sete anos na própria escola usando crack. Nós precisamos que vocês parem de fingir que não têm dinheiro; a Prefeitura de

São Paulo é a mais rica deste país.

- Aplausos.

A SRA. LUCIANA BENASSI PERROTTI – O Estado é riquíssimo, mas temos uma péssima administração desses recursos. Nós pagamos impostos e somos contrários ao aumento do IPTU. Nós queremos que a área que está vazia, ao lado do Shopping Continental, onde há assaltos todos os dias, seja utilizada para implantação de uma ETEC ou uma Fatec, porque aquele espaço vazio está localizado ao lado de um Cingapura e as crianças e os adolescentes de lá precisam de ajuda. Conheço pessoas maravilhosas lá e só quero pedir aos senhores que deem mais atenção para a segurança, porque lá há assalto e morte todo mês.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Douglas Felipe.

O SR. DOUGLAS FELIPE – Bom dia, senhoras e senhores. Sou fruto deste país, quando ele optou por fazer uma política pública de transversalidade, quando parou de olhar apenas para uma Secretaria e começou a introduzir atores e agentes públicos para conversar entre si.

Acho o cúmulo ver uma cidadã nesta audiência pública e chorar para ser atendida e para ter seus direitos identificados.

Não estou entendendo muito bem esta audiência pública, na qual o Vereador Ricardo Nunes precisou socorrer outros membros da Mesa. Gostaria que fosse apresentada uma Mesa eficaz.

Dito isso, gostaria de falar um pouco sobre o transporte público, o TEG, transporte gratuito, no que diz respeito à continuidade da política pública. Quando a Prefeita Marta implantou esse recurso, direito assim constituído, a ideia era que ele aumentasse, mas hoje vemos o cerceamento do PAI, a ponto de não podermos fazer o registro e a matrícula ou rematrícula do nosso filho na escola. Que política pública é essa? Dessa forma, nunca os milhões investidos na educação terão efeito. Nunca. Investe-se milhões na educação, o

professor pede reajuste, de direito, mas a criança precisa ficar não sei quanto tempo no transporte para chegar à escola. Se ela for transportada pelo particular, quanto tempo ela terá que rodar? Sabemos como isso pode afetar a vida escolar dessa criança.

A política pública de transversalidade contempla assistência social, cultura, teatro, lazer dentro da escola. É em prol dessa política pública que peço votos dos Srs. Vereadores presentes e que S.Exas. e os Secretários não pensem somente em suas Pastas, mas no povo, que toma ônibus, que pega transporte gratuito para ter acesso à cultura e ao lazer e que, principalmente, vota.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Ruivo Lopes.

O SR. RUIVO LOPES – Muito bom dia a todos. Saúdo os Vereadores que tiveram coragem de realizar esta audiência. Saúdo os representantes das Secretarias de Planejamento, Finanças e Cultura. Aqui há muita gente que representa a arte e a cultura da cidade de São Paulo. Não andamos sós, estamos juntos e misturados.

Assim que se iniciou esta gestão, começamos a dialogar com a Secretaria de Cultura, que manifestou várias intenções. Aprendemos também que, para se tornarem realidade, as intenções precisam aparecer no orçamento.

Depois de uma série de diálogos realizados e depois de uma diagnóstico feito de forma participativa, característica desta gestão, vimos agora até aqui para, neste orçamento construído com base em casa reunião, cada audiência em todos os territórios da Cidade, reivindicar que as intenções na área da cultura se transformem em orçamento para que possamos, em 2015, ter todos os projetos e intenções realizados.

Fazemos parte de um movimento de cultura da periferia da cidade de São Paulo, que se articulou para que, nesta gestão, tenhamos os 2% do orçamento voltado à cultura e para que a periferia tenha, além de fomento, ações de cultura nela realizadas. É sempre bom lembrar aos Parlamentares desta Casa que essas manifestações culturais acontecem num

território onde moram cerca de 9 milhões de paulistanos, motivo que também traz boa parte de vocês para discutir hoje o orçamento que esperamos que, de fato, apareça.

Nosso movimento organizado veio hoje a esta Casa em prol do programa Veia e Ventania, que tem sido realizado dentro das bibliotecas públicas da cidade de São Paulo, que, não por acaso, estão localizadas nas regiões periféricas. Em maio deste ano, por meio dos nossos coletivos de cultura periférica dos saraus, pudemos representar a cidade de São Paulo na maior feira cultural e literária da América Latina. A convite do governo da cidade de São Paulo, fomos a Buenos Aires representar a nossa cidade e recebemos destaque nas mídias nacional e internacional.

Ficamos surpresos com o fato de o programa Veia e Ventania, realizados nas bibliotecas e que já apresentou 11 saraus, não estar previsto no Orçamento. Estamos pedindo 1,8 milhão para que não só sejam mantidos os 11 coletivos que atuam nas periferias da cidade de São Paulo, mas ampliados para 30, atendendo a 30 importantes equipamentos culturais que são as bibliotecas públicas da cidade de São Paulo.

Queremos que esse programa apareça no orçamento, porque ele faz parte do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca, que será discutido no próximo ano com a nossa presença aqui nesta Casa. Reivindicamos a manutenção e a ampliação desse programa, com a garantia do valor de 1,8 milhão para 30 coletivos atuarem nas bibliotecas públicas de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Merege.

O SR. EDUARDO MERHEGE – Bom dia. Nesta audiência pública que discute o Orçamento da Cidade, jamais poderia imaginar que a cidade de São Paulo estivesse passando por tudo isto: muito roubo.

Eu quero saber do Tribunal de Contas do Município, no projeto de orçamento que está aprovado em 2014, 33 milhões: onde estão esses 33 milhões, ou 32 milhões do Córrego

Paraguai? Porque é justamente o TCM que provoca enchentes no principal sistema viário da Cidade! E há, agora, um projeto para ser resolvido. Agora, dizem que em 2014 foram gastos 33 milhões... Quero saber onde! Onde foram gastos? Em projetos? Já perguntei na audiência pública anterior onde está esse dinheiro. Ficamos aqui discutindo coisas; depois, eles pegam as verbas, remanejamos para outros locais, e é por isso que o pessoal não vê. Não adiantou fazer propaganda, não! Não adiantou ir à Globo falar que “amanhã haverá reunião orçamentária na Câmara Municipal”. Adiantou? Vejam quantos estão aqui: a maioria, assessores ou grupos. A população mesmo não tem comparecido porque sabe desse processo.

Já que vamos falar de transportes, e estão presentes os adjuntos – infelizmente, os Secretários não -, eu gostaria de saber se seria mais na parte do Planejamento essa parte das ciclofaixas que estão fazendo na Cidade. Quero deixar meu recado aqui: ciclofaixa e ciclovia têm que estar definidas no Plano Diretor, não tem que deixar para Plano Regional, não! O problema desses conflitos todos de ciclofaixas na Cidade está ocorrendo porque isso não está no Plano Diretor. Você não pode colocar bicicleta como veículo de transporte, querer ir da zona Leste à zona Norte e ligar com outros municípios e discutir regionalmente a questão; isso tem que estar no Plano Diretor. Eu não posso excluir o modal do transporte do Plano Diretor, e a bicicleta foi excluída dele como modal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Conforme combinado, vou passar a palavra às Secretarias de Finanças, de Planejamento de Transportes e de Cultura, se quiserem fazer suas considerações. Fica estabelecido o tempo máximo de cinco minutos para que possamos continuar, pois há 48 inscritos. Pergunto se o Sr. Rodrigo quer fazer alguns comentários. (Pausa)

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – Por mim, eu poderia esperar. Porque ouvi todas as intervenções, e elas foram específicas de pastas: Educação, Cultura, Saúde, etc.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mas você já quer fazer suas observações?

Porque ganharíamos tempo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vamos ouvir a todos. É que, como foi acordado, após seis falas a palavra voltaria à Mesa. Se for necessário, continuarei ouvindo. Rodrigo, o.k? (Pausa) Consulto a Secretaria de Finanças, Sr. Rogério, Secretário Adjunto. (Pausa) Também não. Transporte. (Pausa) Cultura: o Guilherme quer fazer alguma observação? (Pausa) Ao final.

Vamos seguir. Sr. Mauro Alves da Silva é o próximo orador. Depois, Sra. Solange, Rudifran Pompeu, Regina, Maria Luiza e Rodrigo.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Cumprimento todos os presentes. Pertenço à Amojab - Associação de Moradores, Proprietários e Comerciantes do Jabaquara e Água Espreada. Primeiramente, uma crítica, para o pessoal ficar atento. Com todo respeito à peça orçamentária, ela é uma peça de ficção, pois ela dá 15% de remanejamento sendo que há 10% no máximo para investimentos. Então, o Prefeito ou a Prefeita de plantão podem gastar onde quiser, e a Câmara Municipal não tem condições de exigir o cumprimento disso, exceto das verbas vinculadas.

No caso da Operação Urbana, eu distribuí um documento para os Vereadores. O que criticamos é o seguinte: embora a operação urbana seja uma verba vinculada, foi aprovada em 2001, há recursos – mais de 1 bilhão em caixa -, e o pessoal não executa os projetos de moradia. Inventaram um túnel de 3 bilhões que só atende aos interesses das construtoras e da especulação imobiliária e fizeram uma licitação – o Tribunal de Contas está aqui. É uma licitação casada, ou seja, dividiram o túnel em quatro partes, e a cada parte anexaram a construção de 1 mil moradias. Como acabou o dinheiro para o túnel, que custa 3 bilhões – estamos informando aqui que há pouco mais de 1 bilhão -, as construtoras não executam as moradias porque estão querendo o túnel. O Prefeito, por sua vez, suspendeu as obras do túnel porque também não tem dinheiro.

O mais grave, Vereador Fiorilo, é que a lei 13.260, de 2001, exige a garantia de moradia para todas as pessoas que forem afetadas pela obra. O que está acontecendo? A SPObras está intimidando os moradores, indo lá, ameaçando com desapropriação, mas não está cadastrando os moradores.

Então, mais importante do que uma peça orçamentária, é uma execução orçamentária. No caso da Secretaria de Planejamento, o que está acontecendo? O pessoal pega esse dinheiro, esse 1 bilhão, deixa entesourado, gerando juros e correção monetária, mas não executa. Há dinheiro sobrando para as obras vinculadas na operação urbana. Então, eu gostaria que o pessoal respondesse quanto recurso há na Operação Urbana Água Espreada; se esse recurso é suficiente para todas as obras, ou terá que haver verba orçamentária? Porque parece que o problema é só do Jabaquara e da Água Espreada. Como não há dinheiro suficiente, eles estão tirando dinheiro de outras regiões para executar os túneis e atender à especulação imobiliária no Jabaquara e na Água Espreada. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Sra. Solange.

A SRA. SOLANGE – Bom dia. Estou aqui representando o Espaço Cultural Tendal da Lapa, de cujas atividades fazemos parte. Somos mães de jovens especiais. Nosso foco é o público acima de 20 anos, que são os excluídos da sociedade. O Espaço Cultural Tendal da Lapa nos acolheu e estamos aqui para reivindicar verba para arrumar a estrutura do espaço, que tem muitas necessidades. Há 25 anos que essa estrutura abriga o espaço cultural e ele conta com grandes problemas, mas nunca foi mexido. Está-se deteriorando um espaço que é patrimônio história de São Paulo. Estamos aqui com a intenção de solicitar verba para que seja feita a reforma nesse espaço, uma melhoria na estrutura para que possam continuar as oficinas que lá existem, enfim, o trabalho que lá é desenvolvido. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Rudifran Pompeu.

O SR. RUDIFRAN POMPEU – Serei bem objetivo e direto. Estamos aqui

disputando o orçamento. Quero me dirigir diretamente ao Relator do orçamento, para que ficássemos com a clareza de qual é a prioridade deste governo e desta Casa. Cultura, Vereador, a gente entende como prioridade, como saúde e educação.

Quero dar um salve ao fomento da periferia, ao povo que está aqui, da Cultura. (Palmas) Porque é o seguinte: cultura, em todas as esferas, é descartada. É a primeira coisa que cortam. A gente não aguenta mais isso. Então quero fazer uma proposta. Observem, senhores, qual é a situação do orçamento. Bati rapidamente o olhar sobre a peça orçamentária e percebi que há 575 milhões para esta Casa. Isso significa um valor maior do que para a pasta da Cultura da Cidade inteira!

- Vaias no recinto.

O SR. RUDIFRAN POMPEU – Então, entendo que 1,8 milhão de reais para os saraus da periferia é dinheiro de cachaça! Dá para tirar da Casa, mas não dá para tirar do VAI, Vereador!

- Palmas e manifestações no recinto.

O SR. RUDIFRAN POMPEU – Não pode tirar do teatro! Não pode tirar do fomento! Tem que tirar desta Casa! Tem 575 milhões aqui!

- Palmas e manifestações no recinto.

O SR. RUDIFRAN POMPEU – Gasta-se no quê, Vereador? No café? Troca a marca do café, faz qualquer coisa, mas não desassista a periferia. Hoje os saraus são referência. Eu não estou brigando com os senhores, estou pedindo. Quero chamar vocês à sensibilidade, porque a gente que anda por toda periferia – pela zona Sul, pela zona Leste, pela zona Norte – sabe da importância da cultura na periferia. São programas extremamente importantes, e a gente quer sugerir que não se retirem recursos da Cultura para a Cultura. É bem possível isso, basta um ajuste aqui, outro ali. É possível, por exemplo, tirar desta Casa. Não é problema, isso já foi feito em outra ocasião. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Sr. Rudifran. Sra. Regina Tieko.

A SRA. REGINA TIEKO – Represento aqui o Grupo de Trabalho do Plano Municipal do Livro Leitura. Venho fazer a defesa dos saraus.

Os saraus hoje são extremamente importantes na cena cultural da cidade de São Paulo, sendo forte propulsor de produção criativa nas periferias da Cidade, mas também presentes por toda a extensão do território municipal. Esse movimento se expande, tomando corpo e fazendo pela literatura o que há 50 anos a escola não tem conseguido fazer: incentivar a leitura, a profusão e a produção de textos, a correção do analfabetismo funcional, o incentivo à atitude criativa, cidadã e questionadora, fomentando não só a consolidação de escritores e poetas como de artistas ligados a outras linguagens.

Há hoje na cidade de São Paulo apenas um programa que apoia os saraus: o programa Veia Ventania e Literatura Periférica. Entretanto, como o orçamento destinado às bibliotecas para o ano que vem, 2015, inviabiliza esse programa, achamos por bem trazer a esta Casa uma reivindicação coletiva. O Veia Ventania é um programa inovador que trouxe vida e vontade às bibliotecas públicas, outrora subutilizadas.

Eis que, por força de um programa de acesso e mediação, os espaços das bibliotecas passam a hospedar poemas vivos no corpo dos autores, música, dança, performance, audiovisual e outras linguagens, numa provocação aos sentidos, à imaginação e à vontade criativa. A comunidade do entorno se torna cúmplice dos coletivos e traz à biblioteca seus “causos”, suas criações e suas crianças, fazendo das bibliotecas espaços de fato compartilhados.

Considerando que o orçamento da Secretaria da Cultura recebe em 2015 um aporte razoavelmente maior do que nos anos anteriores, nada justifica a inviabilização de contratação de saraus nesses espaços.

O programa Veia Ventania tem beneficiado as bibliotecas, que, em tempos de Google, precisam se reinventar. Os coletivos que hoje têm esse reconhecimento, que lhes permite amplificar a gama de ações. E a comunidade das bibliotecas, protagonistas nos

saraus, de espectadora passa a leitora e de leitora, a autora.

No momento em que a Cidade está discutindo o Plano Municipal do Livro e Leitura, Literatura e Bibliotecas da Cidade de São Paulo, afirmamos, sem perigo de incorrerem em erro, que coletivos de saraus com seus inúmeros lançamentos de livros, pequenos selos editoriais que atuam nos cinco eixos que norteiam a discussão desse plano – a democratização do acesso, a mediação da leitura, a valorização institucional do livro, a cadeia produtiva do livro e a literatura.

Cabe em minha fala, então, a defesa de duas rubricas: a que contempla o “Vem Ventania: Literatura Periférica”, e a que contempla um PMLLB – Plano Municipal do Livro, Leitura e Bibliotecas.

Cabe aqui uma ressalva: uma vez que o programa VAI é uma política pública importantíssima para a produção da cultura da periferia da Cidade, achamos inadmissível que o aporte necessário para as atividades ligadas aos saraus seja remanejado dessa rubrica, como foi feito pelo relator desta Comissão de Finanças.

O Theatro Municipal, casa da elite, em 2015, deverá receber um aumento de 47 milhões, em relação ao ano passado, totalizando 122 milhões.

A exposição inicial do Plano Nacional do Livro e Leitura diz que, em 2000, tínhamos 16 milhões de analfabetos plenos e 30 milhões de analfabetos funcionais. Esse mesmo estudo aponta que no ano de 2000, 35 milhões dos analfabetos já haviam frequentado a escola. O indicador nacional do analfabetismo, de 2005, indica, ainda, que $\frac{1}{4}$ dos jovens e adultos brasileiros consegue compreender as informações contidas em um texto e relacioná-las com outras informações.

Assim, a experiência ultrapassa a fronteira da cultura, flerta abertamente com a Educação e com uma política de direitos humanos. A Cultura não pode continuar a ser tratada como artigo de luxo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria Luísa Leite Maciel.

A SRA. MARIA LUÍSA LEITE MACIEL – Bom dia. Sou Maria Luísa, conselheira representante dos trabalhadores da CET, no Conselho de Administração da empresa.

Já estivemos presentes na primeira audiência, solicitando, como agentes da mobilidade na Cidade, os recursos humanos necessários, tendo em vista que estamos com nossos trabalhadores quebrados em todas as áreas da empresa que, há anos, sofre sem investimentos.

Lembramos que geramos receitas para a Prefeitura. Então, esse investimento é necessário para a Cidade, para a saúde da mobilidade e a saúde de nossos trabalhadores também.

Estivemos, na primeira audiência, com a Secretária Leda e fizemos uma campanha, onde colhemos mais de duas mil assinaturas, para o “Concurso Já. Sem Concurso Não Dá!”. Não dá para prosseguir sem pessoal. Sabemos que todos da Administração, direta ou indireta, sofrem nesse sentido, mas até podemos ajudar os nossos companheiros, porque geramos recursos para o erário.

Então, acho que o que precisamos é pouco, mas é muito pelos anos de investimento que não tivemos nesse sentido. Estamos quebrando. A média de idade, em nossa Secretaria, chega a 47/48 anos. Não é fácil o trabalho de educar, de projetar, de vistorias rotineiras nas ruas e o trabalho da operação do trânsito.

Enfim, a Secretária pediu que encaminhássemos o abaixo-assinado – o que fizemos. Foi feita uma autorização, pelo Secretário Jilmar Tatto, em janeiro. Não foi autorizada para o JOF e foi reiterada, conforme informado pela Diretora Administrativa – que hoje está presente aqui, a Dra. Maria Lúcia, na última reunião temática, que está em Sempla esse pedido, já reiterado pela Secretaria Municipal de Transportes.

Secretário Rodrigo, gostaria de pedir uma agenda para os trabalhadores serem ouvidos. Conhecemos os trâmites. Sabemos que é com as secretarias que a Administração

indireta lida, mas conhecemos também os decretos, tanto para concurso público, como para o compromisso institucional. E é nesse sentido mesmo, de contribuir, que pleiteamos essa agenda.

Gostaria muito de uma data, por favor. Precisamos ser ouvidos porque trazemos subsídios de muita importância. São prejuízos que não são vistos imediatamente, mas que se somam ao longo de um tempo e, ao percebermos, ficam piores.

Muito obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Ciriacco.

O SR. RODRIGO CIRIACCO – Bom dia a todos.

Meu nome é Rodrigo, sou Educador da rede estadual; sou escritor da literatura marginal periférica; faço parte da representação do Plano Nacional do Livro e Leitura.

Em primeiro lugar, quero lembrar um compromisso do Governo, quando da candidatura em 2012, e de muitos dos Vereadores aqui presentes na Casa, dos 2% para a Cultura. É imprescindível fazermos a implementação desses 2%, porque investindo em cultura, estaremos investindo também em Saúde, em Educação e em Segurança. Temos de parar de colocar a Cultura como algo banal.

Passado isso, representando o Movimento Cultural das Periferias, os Saraus das Periferias, principalmente o Movimento Venha e Ventania, Literatura Periférica nas Bibliotecas, em 2011 esse programa começou com cinco grupos; em 2012 ampliou para 12 e, a partir daí, estagnou. É um trabalho muito importante porque os saraus são reconhecidamente, hoje, um dos movimentos culturais mais importantes da cena literária no Brasil, não apenas em São Paulo, e temos de ter o reconhecimento e legitimidade dos saraus nos equipamentos públicos. Essa realidade tem de mudar.

Em novembro do ano passado, estivemos com o Sr. Juca Ferreira, Secretário Municipal de Cultura, que recebeu uma carta e assumiu publicamente ampliar o programa, o

que não fez.

Estivemos, em março deste ano, com o Sr. Guilherme, conversando sobre a ampliação do programa e o que estamos discutindo hoje é quase que com o pires na mão, pedindo alguma coisa que é o nosso direito.

Então, gostaria de reforçar: é nosso direito. Não estamos com o pires na mão e o orçamento da Cidade serve, principalmente, para corrigir injustiças históricas. A pegar um exemplo, o Theatro Municipal tem 122 milhões de orçamento neste ano. O programa total das periferias de Cultura tem 26 milhões, quando pegamos o VAI 1, VAI 2, Bolsas de Cultura, Ponto de Cultura. Ou seja, para este ano, 2015, Theatro Municipal, que não sei quantas pessoas atende, 122 milhões. Toda a periferia, que somos a maioria, nove milhões, inclusive nos votos, temos 26 milhões.

Então, meu pedido é, Srs. Secretários e Vereadores, 1,5% do orçamento do Theatro Municipal, 1,8 milhão, vá para o Programa Veia Ventania, porque o que foi feito foi retirar 1 milhão do Programa VAI e destinar para o Veia Ventania. Isso nós não aceitamos. Não dá para pegar de um programa que cobre o nosso pé para cobrir o nosso joelho, porque esse cobertor não chega nem à cabeça.

Então, tirar do Theatro Municipal, que é um programa de cultura de elite para atender a cultura da periferia.

Para terminar: 2% da Cultura já; 1,5% do orçamento do Municipal já. “E nós é ponte e atravessa qualquer rio!” (Galeria repete a frase inúmeras vezes)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro Alves, da Zona Leste.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia a todos.

Estou rouca de nervoso! Sou Maria do Socorro Alves. Sou da região de Itaquera. Sou conselheira e falarei sobre a Saúde de nossa região.

A Saúde está na UTI, porque, na região em que moro, tem tudo que não presta:

lixão, abandono, córrego a céu aberto!

Perguntei ao Fábio o que é sarau, porque sou nordestina, com orgulho, tenho 73 anos, sou liderança.

Lá em nossa região foi fundado o Programa Adote um Livro. O Subprefeito de agora, Maurício, é atuante, está olhando para a periferia, mas, infelizmente, ele não pode fazer tudo. Elogio quem faz.

Na área de esporte, nada temos. Tínhamos um Telecentro, mas foi fechado. Foram fechadas 37 creches. Nada temos lá.

No Plano de Metas, do Sr. Haddad, fui atuante, briguei, porque o idoso não apareceu.

O Plano de Metas, quando fala sobre Itaquera, só fala no Itaquerão, mas existe uma periferia, existe uma população vulnerável, porque os idosos estão morrendo e estão largados.

Solicito e espero que o Sr. Haddad tenha um olhar voltado para o idoso, para o jovem e para as crianças, porque existe lá uma cracolândia dentro do conjunto, porque não tem iluminação.

Nada temos! Se não há Cultura, Lazer, não há nada, o que vocês querem? Vocês têm que olhar para a periferia: Conjunto Habitacional Águia de Haia. Temos que salvar nossas crianças e nossos jovens e olharmos com carinho para os idosos.

Não sou idiota, não sou boba, nem babona. Sou uma cidadã. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos e, em especial, a população de São Paulo tão sofrida, batalhadora e tão prejudicada nesses dois anos de gestão Fernando Haddad. Se não bastassem todos os problemas colocados aqui nesses 23 meses temos também para a estupefação de todos o decreto 55.751, agora, de 4 de dezembro, quinta-feira da semana passada que explica muito bem porque Srs: Marcus Cruz, Leda Paulani, Marcus

Cruz e Gilmar Tatto não estão aqui presentes, embora convidados e sabiam que dia 9 de dezembro. Sabe por que não vieram? Porque a verba... Todos conhecem o Programa Atende, que transporta pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, pois bem, esse programa perdeu 3,2 milhões de reais. A população da periferia será prejudicada como também o Programa Juventude Viva do Governo Federal, desapareceram com esse decreto 500 mil reais na última quinta-feira para o Programa Juventude Viva. É lamentável como essa gestão está tratando mal o idoso, a pessoa com deficiência, o jovem, enfim, todos os seguimentos sociais de São Paulo.

Da verba da Ursi também desapareceram 15 mil reais também pelo decreto 55.757. Então os Srs: Gilmar, Marcus, Leda assinaram esse decreto e estão prejudicando a população, especialmente, os seguimentos de São Paulo.

Também queria denunciar que o anexo do Orçamento, de 18/10/14, não cumpre o PPA aprovado por essa Casa, pois a Ursi e o Centro de Idoso de Itaquera foram retirados da prioridade e outras regiões foram colocadas, portanto, fazem leis para não serem aprovadas e a população, Dona Socorro, nossa querida conselheira, os idosos estão sendo prejudicados de Itaquera, José Bonifácio, Cidade Líder e Parque do Carmo. Ou será que essas regiões ficaram ricas? Claro que não, infelizmente, a gestão está prejudicando.

O Programa Vai e Volta, o Orçamento participativo feito com seriedade na gestão da Marta Suplicy, por exemplo, na página 23, 103 mil reais para transporte escolar de 140 alunos do Distrito Jaguaré, aprovado em 2003 e 2004. Isso nunca mais foi para o Orçamento em 2005, portanto, o Prefeito Fernando Haddad repete as mazelas dos Srs. José Serra e Gilberto Kassab e a Secretaria de Planejamento é cúmplice desse desvio de governo porque não faz um plano de obras e serviços deliberativos para a cidade de São Paulo.

Por isso participação popular deliberativa e não conselho de ficção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique.

O SR. CARLOS HENRIQUE - Boa tarde a todas. Estou muito preocupado porque

uma Cidade rica como São Paulo... Primeiro queria agradecer o pessoal da cultura porque através de vocês muitas pessoas da periferia têm a oportunidade de... Nós que moramos na periferia não temos condições de entrar no Theatro Municipal de São Paulo e se não fosse por vocês a gente não teria cultura. Por isso que vou ajudar vocês aí. Quero reforçar para ajudar nessa luta porque a nossa associação luta pela questão da cultura e nós também estamos brigando para o social, estamos preocupados com a questão da população que vive em situação de rua, num povo que vive numa situação vulnerável e a assistência social foi cortada, esses 200 milhões que a gente está reivindicando aqui é dinheiro que foi tirado da gente e estamos pedindo na peça orçamentária esses 200 milhões para atender a população com dignidade.

Reforçamos o nosso pedido pela peça orçamentária e também pedir para que as pessoas sejam solidárias ao nosso público porque não só atende a população de rua, mas esses 200 milhões são para atender uma cidade do tamanho de São Paulo, com o grau de vulnerabilidade que temos e isso ainda é pouco porque não dá para fazer o que precisamos fazer na rede de manutenção de serviços e ampliação de atendimento. Estamos falando de pessoas com deficiência, de criança e adolescentes, estamos falando de uma cidade que é do tamanho de São Paulo e precisamos desse recurso para poder atender com qualidade os usuários que utilizam o serviço da assistência social.

Queria contar para a Secretaria de Planejamento outro detalhe: o Prefeito Haddad prometeu para a população de rua as frentes de trabalho, daí alegou que não tinha dinheiro. Quero saber se a Secretaria tem algum planejamento, algum orçamento para a questão a frente de trabalho, eu quero saber. Eu estava discutindo semana passada e só queria saber se o Prefeito no ano que vem não vai pegar o dinheiro e jogar na Bolsa de Valores e deixar o povo na mão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Vanderlei Aparecido Purini.

O SR. VANDERLEI APARECIDO PURINI – A ideia ou a pretensão, senhores da Mesa, responsáveis por todo esse município na vereança, é tentar falar em nome 270 mil usuário, 17 mil trabalhadores, 1.500 convênios, 350 organizações sociais. Pertencemos ao FAS, Fórum de Assistência Social, que diz 10 de janeiro completará 21 anos de caminhada. Dia 23 de outubro foi protocolizado na sala do nosso Vereador Relator o seguinte conteúdo:

- É lido o seguinte: (Documento do FAS, Fórum de Assistência Social, protocolizado na sala do Vereador Relator)

Gente boa, o que nós estamos procurando é justamente uma causa nobre na política pública. Se nós não entendermos, gente, esse município que é o maior da América Latina, estará sendo condenado. Por favor, todas as secretárias olhem com muito carinho para SMADS porque sem isso os problemas tendem a piorar.

Teremos outras falas aqui para dizer da importância desse nosso pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Padre Lédio Milanês.

O SR. PADRE LÉDIO MILANÊS – Bom dia a todos e a todas. Estou aqui também como membro do Fórum. Queria só recordar ao Rodrigo, se der a devida atenção a essa audiência que não é discutir valores no meio de uma audiência pública, até porque nós estamos apresentando essas questões à Secretário presente, já desde setembro e também na audiência específica da assistência social. Então não é hoje que estamos apresentando pela primeira vez e nós gostaríamos de ter essa resposta.

Nós estamos reivindicando 200 milhões para as razões já expostas aqui porque nós sentimos de onde vem esse dinheiro. Pare de olhar Amsterdam, nós moramos em São Paulo. São Paulo é a cidade que nós moramos, o modelo nosso não é Amsterdam, o modelo nosso é São Paulo. Tirem das construtoras. Quem está aqui representando construtoras hoje? Eles não precisam estar aqui nesta audiência pública porque já estão garantidos seus recursos. Quem está representando as poucas empresas do transporte público? Eles não estão aqui porque já estão garantidos os contratos milionários com eles. Tirem daí e fazem aquilo que prometeram na campanha, de novamente valorizar, porque não estamos pedindo verbas, nós estamos pedindo que nos devolvam os 200 milhões que ao longo dos anos foram tirados da assistência social. No ano passado a desculpa foi que houve a questão não da Copa, do reajuste da tarifa que teve que voltar atrás e que a assistência social que tinha que pagar, nós ouvimos isso do Sr. Prefeito, e também, que a questão do IPTU não permitia que os 300 milhões que foram cortados no ano passado viessem para a assistência social. Por quê? Porque não se prioriza

nessa Cidade a criança, o idoso e os jovens que estão em situação de vulnerabilidade social. E não são só os 170 milhões, são dois milhões de pessoas nessa Cidade que estão em situação de vulnerabilidade social.

Então a nossa reivindicação é muito clara, tirem das elites, tirem das grandes construtoras e deem para aqueles que são a prioridade da nossa Cidade, as pessoas que estão em vulnerabilidade e de modo especial os mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Natanael de Jesus Oliveira.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA – Bom dia, Srs. Vereadores, bom dia Srs. Secretários, bom dia plenária. Em primeiro lugar quero agradecer a toda plenária que tem mantido aqui e agradecer aos Vereadores eu votaram pela continuidade da plenária.

Primeira coisa: é uma audiência que não tem apresentação do Orçamento. Pela primeira vez está sendo apresentado o Orçamento da Cidade em segunda audiência, mas cadê os números que estão sendo aprovados, que estão sendo apresentados? Quais são os números que a plenária está analisando, está vendo? É todo mundo aqui que lê Diário Oficial. Então, dinheiro para fazer propaganda para a comunidade está presente, isso tem, mas para imprimir o Orçamento para a plenária estar analisando você não tem.

Eu sou Natanael, também sou do FAS, estou reivindicando também os 200 milhões para a assistência social.

Em primeiro lugar, no ano passado foi cortado 250 milhões da assistência, que a Secretaria de Planejamento e de Finanças falou que tinha recursos. Então, por que cortou nosso orçamento de 2014? Este ano a gente conseguiu com o Conselho Municipal da Assistência Social a manutenção do serviço e não conseguimos ampliação. Esses 200 milhões que a gente está solicitando seria para ampliação do serviço que em 2014 que o dinheiro ficou retido na Secretaria de Planejamento e na Secretaria de Finanças, deixou de ir para a assistência, deixou de ir para cultura, deixou de ir para saúde. Então eu acho que nesse

momento tem os 550 milhões, que manda para a assistência, para a cultura, para a saúde, mas que tire da Secretaria de Planejamento. Se eles apresentaram um orçamento maior, com despesa menor, o recurso está aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Willian Lisboa.

O SR. WILLIAN LISBOA – Boa tarde a todas e a todos. Acho que foi representado aqui na pessoa da Sr. Lúcia do Jaguaré o choro de toda cidade de São Paulo. Se está acontecendo crime, se está acontecendo violência é porque estamos em nome de toda população não cuidando das crianças e adolescentes e muito mais dos idosos e dos demais deficientes, enfim, toda aquela vasta gama de usuários já enunciada aqui pelo nosso representante, o coordenador do Fórum de Assistência Social, nos termos de que não estamos dando atendimento.

Então essa questão, e isso já é histórico há muitos e muitos anos, a Secretaria de Desenvolvimento nos cerceia, nos limita em termos de valores, não temos 2% do Orçamento na assistência social com esse público que vocês ouviram no enunciado. Essa é a população que nós atendemos. E com mais um agravante, até a qualidade de atendimento, veio o representante de trabalhadores da CET aqui dizer que todos os trabalhos estão com uma deficiência física, mental e financeira porque nunca são atualizados os valores salariais que se faziam necessários, imaginem os trabalhadores da assistência social. Esses não têm condições, nem de certa forma, atender de uma forma justificada os usuários que recorrem às 350 entidades e mais de mil serviços na Cidade, que era papel do Executivo atender, mas que é feito pelas organizações sociais, então essa terceirização de serviços nos moldes minimamente remunerados é o que temos condições de fazer.

Como representante também do Fórum de Assistência Social, eu gostaria que essa Comissão, a Secretaria de Desenvolvimento, Secretaria de Finanças, tivesse uma atenção especial para essa população grande que estamos representando aqui, os usuários e os trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiiorilo) – Tem a palavra o Sr. Aloísio Letra.

O SR. ALOISIO LETRA – Boa tarde. Eu sou cantor, compositor, morador de Guaianases, perifeira da zona Leste de São Paulo. Estou aqui representando o grupo Baque Bolado e alguns outros *brothers* que estão aqui *brothers* da cultura, queria dar um salve para a questão dos 2% da cultura, que também é uma briga nossa no Baque Bolado e de outros coletivos que se organizam no Tendal da Lapa. Eu sou um artista que ensaia lá e ocupa o Tendal da Lapa junto com vários outros coletivos. Tem algumas outras questões que nem sei se são perguntas, são até provocações em alguns aspectos. Acho que tem algumas coisas a ressaltar, de novo, 2% para a cultura, que é essencial, o fomento periferia, e queria tomar a liberdade, se é que é possível, fazer a correção de uma fala que aconteceu por quem presidia esse encontro, porque aqui a gente não está para pedir, o povo não está aqui para pedir. Me incomoda muito quando as pessoas usam a palavra povo acho que querendo algum tipo de protagonismo e falam povo, povo. A gente não está para pedir, a gente está aqui para reivindicar necessidades históricas, que estão comprovadas em vários movimentos culturais aqui representados, nesta Casa.

Falando das casas de cultura, numa leitura macro, é preocupante o ano que estamos entrando agora, 2015, de uma transferência das casas de cultura para a Secretaria Municipal da Cultura, é uma preocupação de vários coletivos como essa transição vai ocorrer e é uma preocupação também constante que as subprefeituras que já trataram com tanto descaso esses equipamentos, que elas nesse momento de transição simplesmente esqueçam e desamparem e não ouçam as reivindicações dos coletivos culturais.

Especificamente falando do Tendal da Lapa, há uma necessidade urgente de reformas, inclusive de banheiros que estão interditados há algum tempo. O Tendal da Lapa tem vários coletivos, coletivos de cultura popular tradicional, coletivos que promovem igualdade racial através da cultura popular, do maracatu e de outras coisas. Há pessoas que trabalham

com pessoas especiais, com pessoas da terceira idade. Por favor, que a Casa, que os Vereadores acompanhem a transição das casas e, se possível, as amparem com emendas para o exercício de 2015.

Falando sobre a arte na rua, sou também artista de rua, muito me preocupa que neste Município de São Paulo discutamos esse tema somente no âmbito do centro, esquecendo as periferias. Sabemos o quanto é importante que a molecada enxergue protagonistas em seu bairro, como artistas, como ações culturais. Isso dá a possibilidade de que identifiquem trabalhos que não os alienantes os quais vemos por aí.

Uma última coisa, para concluir, é uma preocupação particular, minha, do Baque Bolado, é uma questão que engloba várias pessoas, que são agentes culturais no âmbito da Prefeitura, que é a reivindicação por um quadro de cultura nas subprefeituras que, de fato, entenda as necessidades da Cultura. Pessoas qualificadas para dialogarem com a Cultura, para entenderem que precisamos ocupar as ruas com Cultura. Para isso, precisamos entender os mecanismos do Estado, e isso não está acontecendo. O projeto VAI e o projeto Agente Comunitário de Cultura e uma pessoa de Cultura, por subprefeitura, não adianta. Fora que várias pessoas que ocupam essas pastas não são agentes reconhecidos da Cultura.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Ricardo de Lima, insisto que são três minutos para que possamos ouvir todo mundo.

O SR. RICARDO DE LIMA - Dona Maria do Socorro, eu sou seu fã! (Risos)

É o seguinte: a impressão que estamos tendo é que a Secretaria de Planejamento não planeja porque foi aprovado projeto, lei 13.019, que é o marco regulatório das organizações sociais. Pelo demonstrado, em todas as audiências públicas o Sempla não planejou o impacto financeiro, e isso se dará na Assistência Social, na Saúde e na Educação porque são as pessoas em que haverá impacto direto. Então, estamos defendendo 200

milhões para ampliação da Assistência. Como já foi dito, a nossa maior bandeira é 5% do Orçamento, só que parece que estamos passando o chapéu, pedindo esmola, como representantes dos vulneráveis que estão nas ruas. Não estamos pedindo dinheiro para que as pessoas sejam atendidas com dignidade na rua, mas que sejam preservadas como é feito com a Cultura, com a Educação, para que não cheguem a situação de vulnerabilidade. Estamos cansados de praticar na Assistência Social uma política pobre, não dá! Precisamos melhorar a qualidade da Assistência na ponta, e não dá melhorar essa qualidade na ponta se não há valorização do trabalhador. Isso é respeito ao usuário, e não há respeito ao usuário porque os equipamentos estão sucateados porque não há verba para manutenção e assim não há humanização dos espaços. Vai continuar sucateado? Não dá para aceitar isso! Se aceitarmos, e as contas aumentam, tudo aumenta, daqui a pouco não estaremos mais fazendo política pobre para pobre! A gente estará fazendo política miserável para pobre, e não dá!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Maria de Lourdes. (Pausa) O próximo é o Sr. Walter Giacon.

O SR. WALTER GIACON – Boa tarde a todos. Sou do Conselho Participativo Municipal da Brasilândia.

Gostaria de fazer uma indagação, com todo respeito ao nobre secretário do Secretário, é que o Secopi não me representa, eu sou do Conselho Participativo e todo mês há reunião com o Secopi e com o Fernando Haddad, mas não me representa porque eles discutem região, subprefeitura e aqui discutimos o município, a LDO.

Dizem sempre que não há receita. Há um projeto do PPI aqui na Câmara, para ser aprovado, só que a Câmara não aprova. Talvez o ano que vem, até para não entrar nas despesas, e teria de ter entrado nas despesas do ano que vem, não entrou ainda, é o pagamento programado do IPTU, tem que aprovar, está atrasado, o pessoal da Câmara está devendo essa. E há uma dívida grande com o Ipem, são mais de 2 bilhões de reais, essa

verba cairia bem para o Iprem.

Outra coisa, precisa dividir essa pizza enorme, esse bolo, com equidade. Quem precisa mais tem que ter mais; quem precisa menos, tem menos. O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano na Brasilândia está em 84º lugar, está feia a coisa. Há 96 distritos e estamos batendo no teto.

Também a Câmara Municipal de São Paulo está devendo para nós, tem a intenção de passar este ano, para que entre nas despesas do ano que vem, para isso tem de criar receita e receita é agora. O IPTU progressivo poderia também alongar para as periferias porque há muita área e não constroem porque está nas mãos do dono, da especulação imobiliária, esperando crescer o bairro para enfiar a mão em dinheiro mais grosso. Enquanto isso a população luta por políticas públicas e na hora H vai para especulação imobiliária e a gente fica sem o equipamento, sem área para moradia.

Agradeço a todos e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Reni Freitas.

A SRA. RENI FREITAS – Quero chamar a atenção de todos. Estamos falando de dinheiro, dinheiro, dinheiro e sabe-se que dinheiro não se come. Quanto tempo podemos ficar sem comer? Um mês? Uma semana? E sem tomar água? Não podemos dissolver o ouro e tomar o ouro líquido. Estamos falando de dinheiro, mas temos de ver as prioridades. Estamos aqui representando junto com a Dona Ana e com algumas pessoas que estão ali também um movimento criado em São Paulo chamado Rede Novos Parques SP. Ele é justamente para dar prioridade à manutenção da crise hídrica que vivemos em São Paulo, do ar que está superpoluído, não conseguimos mais respirar. Transporte, Cultura são importantes? São. Mas se não tiver manutenção da vida não haverá vida na terra. Estamos aqui para reivindicar a vida na terra. Falo isso porque São Paulo tem um monte de parques, de lugares com potencial para se tornar parque, mas a Prefeitura alega que não tem dinheiro. Ora, vamos recorrer à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Qual o Orçamento dessa Secretaria? 244 milhões.

Esse dinheiro não é suficiente nem para a manutenção dos parques existentes em São Paulo. E a Secretaria, o Governo e a Prefeitura quando falam que vão investir em novos parques, mentira, não há dinheiro.

Entreguei uma carta, Dona Ana entregou uma carta ao Vereador Ricardo Nunes e para vários Vereadores, Líderes do Verde desta Casa e eu quero uma resposta a essa nossa carta. Pedimos a duplicação para a verba da Secretaria do Verde, 244 para 488 milhões. Pedimos que a verba seja destinada à criação de novos parques. A Secretaria fala muito em educação ambiental, mas ninguém trabalha de graça. Então, não há dinheiro para investir. Onde está o dinheiro?

De acordo com o Plano Diretor, há mais de 164 novas áreas de parques a serem *implementados*, mas com que dinheiro se não temos o suficiente para manter os parques? E o FEMA (?) menos ainda, foi tirado 10 milhões do FEMA para construir ciclovia. São 80 milhões gastos com ciclovias em São Paulo sendo que precisamos manter as nossas áreas que ainda existem, ainda há áreas verdes em São Paulo. E 10 milhões do FEMA foi para as ciclovias e nem 1 milhão foi destinado aos novos parques constantes do Plano Diretor.

Quero saber qual a viabilidade, a possibilidade de duplicar o Orçamento da Secretaria do Verde e Meio Ambiente para à criação de novos parques?

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra Helenito Marques de Souza.

(Pausa) Antonio Cabral da Silva, André Viazzoti, Manoel Pacífico de San Felix, Rosinaldo Rodrigues, Ercílio Nascimento. Essa é a sequencia.

O SR. HELENITO MARQUES DA SILVA – Bom dia a todos, a todas. Moro no Jardim Hebrum, periferia do Jaçanã-Tremembé. Estamos nessa região há muito tempo, nos sentimos abandonados pelo poder público. Acredito que são vários os Vereadores que foram eleitos por lá e deveriam representar a nossa comunidade que não é tão pequena.

Na minha rua, por exemplo, são 14 anos que moro lá, não há iluminação pública, é

uma vergonha. Já pedimos várias vezes, é cobrado, mas não é atendida a nossa necessidade.

Outra coisa é que estamos cansados de ouvir historinhas porque sempre querem nos enganar, nada é concreto. Este ano, em janeiro, foi feito ofício pelo Subprefeito de Jaçanã, que garantiu que a iluminação ia ser colocada. Naquele momento, a Prefeitura estaria gastando mais de 1 milhão de reais em nossa rua. Isso nós percebemos que ocorreu um superfaturamento porque não é possível ocorrer tudo aquilo. E não solucionou o problema da população.

Estão aí os Secretários substitutos, que revejam para ver o que aconteceu realmente com aquela empresa que esteve na Rua Bahia e o serviço que foi prestado. E se a gente vai continuar lá, abandonados por todos. Acho que nós não estamos pedindo. Não sei qual é o PIB gerado ali, mas temos os nossos direitos, os quais não são respeitados. Não aceitamos isso, não é possível conviver com isso.

Fiquei muito triste, os Secretários deviam estar aqui olhando nos olhos e nos respondendo, responder à população, não vieram, não mandaram nenhum fato concreto, transparente em relação ao que deveria.

Estou muito grato, algumas vezes já participei de audiência pública. Aqui é a primeira vez. Espero poder outras vezes trazer essas informações, é só uma informação, mas queria que vocês prestassem um pouco a atenção porque a gente lá, somos gente também.

E não é pedir, a gente tem o direito, acho que têm que rever, têm que ir lá, conferir porque não é possível o tudo que já vi acontecer ali. E há indícios para apresentar assim que vocês quiserem ver e tiver interesse de investigar.

Queria dizer que não sou nenhuma entidade. Sou um cidadão. Mas sou crítico. E com relação àquilo que eu acho que é meu direito, eu sempre estarei aí para dialogar. E se for necessário debater, temos de fazer isso, que é o nosso papel.

Eu não sei o que está acontecendo com o Conselho Participativo Municipal, ou o que aconteceu naquele momento, porque eu percebi que houve fraude, e não tivemos

resposta. Então eu queria que apresentassem essa transparência, porque até hoje não foi esclarecido, senão vamos pleitear um processo para, no tribunal, explicar. Necessitamos disso.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO CABRAL DA SILVA – Boa tarde a todos. Também venho defender a ampliação dos recursos para a área da assistencial social. Como foi dito pelos nossos colegas, a cada ano a assistência é penalizada nos cortes da Secretaria de Planejamento. E entendendo que a assistência social atende as vulnerabilidades da cidade de São Paulo. E, pasmem, a cada ano aumento a população vulnerável, especialmente a população em situação de rua.

Trago também uma reivindicação do Fórum Municipal de Assistência Social, a questão da verba de manutenção, ou seja, a verba de humanização dos espaços de atendimento da nossa cidade. Vejam que 97% dos serviços desta cidade são tocadas por organização não governamentais sem fins lucrativos, que não cobram aluguel da Prefeitura, e cedem, sim, seus espaços para atendimento da população em situação de vulnerabilidade social, e há quatro anos não recebemos essa verba de humanização. Se nós queremos melhorar a qualidade do nosso atendimento, temos de pensar nos nossos espaços também. E a cada ano reivindicamos esse recursos e sempre somos enrolados: que não tem dinheiro, que nunca pode. Gente, imagine essa cidade de São Paulo, com tantos serviços para a população, se fosse cobrar da Prefeitura aluguel por esses espaços. Então, se a Prefeitura tem os espaços gratuitamente, de graça, pelo menos tem de garantir a humanização desses espaços, a manutenção, porque, senão, a qualidade do atendimento vai caindo. Hoje temos de atender também a acessibilidade dos nossos usuários. E sem esse recurso, nunca conseguimos atender essas necessidades.

Queria pedir carinhosamente aos Vereadores que pensassem na complementação desses recursos, esses 200 milhões que estamos pedindo ao Fundo Municipal da Assistência Social, para atender as nossas necessidades. E, além disso, contamos com a ampliação dos

serviços. (Palmas)

O SR. ANDRÉ BIASOTTI – Boa tarde a todos. Meu nome é André, sou ambientalista.

Queria começar minha fala, na verdade, com um voto de preocupação, porque o Vereador Milton Leite, Presidente da Mesa, foi até a casinha e não voltou. E ele falou tanto no povo, mas tanto, mas tanto, bateu tanto na palavra “povo”, que eu imagino que nesse momento que o povo fala era o momento que ele mais queria ouvir. Então, se alguém puder ir até a casinha e verificar se está tudo bem.

- Manifestação na galeria.

O SR. ANDRÉ BIASOTTI – Agora entrando na questão do Orçamento, propriamente.

Eu sou da Casa Ambientalista, e eu não sei se vocês têm noção da gravidade da crise hídrica que estamos passando. Ano que vem São Paulo não terá água. Não sei se vocês estão se preparando para isso. Mas, sabendo que abastecimento é uma questão do Estado... Mas eu imagino que o investimento em meio ambiente é em longo prazo. Então, quando pensamos em meio ambiente, em ações de meio ambiente, pensamos lá na frente. São Paulo não tem água amanhã, e São Paulo não tendo água amanhã, para mim é ridículo ver a Secretaria do Verde e Meio Ambiente com uma verba que não possibilita manter os parques que já existem, e isso para mim é inadmissível. São Paulo, que deveria pensar lá na frente, que é o grande polo simbólico de tudo que acontece nesse país, pois acaba reunindo muita coisa, não investe em meio ambiente. São Paulo não pensa em parque, não pensa em educação ambiental. E ano que vem São Paulo não terá água. Significa que a cidade pode ser evacuada a qualquer instante, e isso não é tratado com transparência, nem pelo Governo Estadual e nem pelo Governo Municipal. Vivemos atualmente um estado de emergência.

Então também venho reivindicar que a Secretaria de Meio Ambiente tenha, no mínimo, as verbas duplicadas, não só para a criação de novos parques, mas que comecemos

a pensar que vivemos dentro de um sistema ambiental que é finito, que acaba. E se São Paulo continuar nesse ritmo predatório de desenvolvimento, sem olhar para a questão ambiental, a cidade vai ser evacuada, teremos de sair, e tudo isso que estamos reivindicando não vai fazer o menor sentido.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. _____ - Quero tomar a palavra para um versinho.

Quando a última árvore cair

Quando o último peixe for pescado

Quanto a última água acabar

Veremos que dinheiro não se come

E o dinheiro está acabando com a natureza.

O SR. MANOEL PACÍFICO – Bom dia a todos. Meu nome é Manoel Pacífico. Eu sou diretor dos empregados da Prodam, empresa bastante citada no evento do Orçamento deste ano.

Queria trazer uma mensagem a vocês, e eu, na pessoa da dona Maria do Socorro, cumprimento a galera da Zona Leste, onde moro. Sei da luta da senhora com relação à questão da cidadania e tudo o mais.

Vou falar sobre tecnologia.

A cidade de São Paulo dispõe de uma empresa que cuida da parte da tecnologia da informação e comunicação, como a Prodesp, no Estado de São Paulo, e no Serpro, na Federação.

Quero também fazer uma homenagem ao pessoal que labuta, como eu, na representação dos empregados. Está aqui o pessoal da CET, o pessoal da SPTrans, o pessoal que representas as empresas.

Veio aqui um cidadão falar sobre a manutenção do modelo praticado por Serra-Kassab neste governo. Isso é uma verdade. E quando se fala em dinheiro, se fala em

orçamento, que a Prodam tem um sistema que cuida dessa execução orçamentária – um dos patrimônios dos empregados da Prodam é o sistema SOF. Mas as empresas públicas, o Poder Público sofre de um câncer, de uma doença que a gente vê na mídia todo dia, no contexto do metrô, em São Paulo, no contexto da Petrobrás, na Federação. E nós, que estamos nas empresas, vemos muito a terceirização.

Peço aos representantes do Governo, que estão nesta Mesa, e aos representantes dos Vereadores que estão aqui, para que olhemos com muito cuidado para essa questão, porque, com certeza, se olharmos para isso, ano que vem teremos dinheiro para a cultura, para a saúde, para a educação, para a tecnologia da informação.

Falemos em tecnologia. Por exemplo, o Governo Marta fez 80 km de rede de fibra na Cidade quando foi governo. Esses mesmos 80 km continuam sendo a única rede de fibra. O que significa isso? Comunicação de dados, voz e imagem na cidade. Se eu não tenho um próprio, eu tenho que contratar da Telefônica, da Embratel, como contratamos, e isso é muito caro. Só essa transferência, uma rede própria, daria para pagar o orçamento da Prodam, que hoje é de 350 milhões ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, Sr. Manoel. Queria agradecer.

Tem a palavra o Sr. Hercílio.

O SR. HERCÍLIO – Bom dia. Saúdo a Mesa dos Vereadores, saúdo os representantes das Secretarias e a Plenária.

Em nome do diretor Leandro Camargo, gostaria de agradecer, inclusive em nome da Sra. Maria Luiza, conselheira administrativa, e da equipe da diretoria de representação, à Comissão de Finanças pela rubrica para o concurso público no relatório. Precisamos que o Sempla nos ouça, assim como fomos ouvidos pelo Relator, Vereador Ricardo Nunes, e sua Assessoria, por mais de uma hora.

Quero falar em nome da sinalização de trânsito da CET, porque também sou

técnico de sinalização.

Há mais de dez anos esses trabalhadores foram esquecidos. Fazem mágicas com seus materiais, com seus equipamentos velhos, vencidos, e suas viaturas desgastadas com o tempo, acabadas. São verdadeiros heróis, nesta cidade que muitos falaram de ciclofaixas, ciclovias, pois conseguem fazer mágica. Imaginem um martelete de mais de 20 anos, com 50 quilos, para eles fazerem furos na ponte para colocar as placas. É uma vergonha chegar aqui e pedir clemência em nosso nome, em nome da sinalização, que foi esquecida. Lembro-me de que, ao chegar à diretoria de representação, apresentei um trabalho feito por gestores e técnicos, em que colocávamos viaturas e equipamentos novos para futura licitação, montamos expediente, e, ao final, foi esquecido.

Em nome dos trabalhadores da sinalização de trânsito, horizontal, vertical e semafórica, Srs. Vereadores, peço clemência, porque estamos sendo engolidos pelas terceirizadas. Está virando uma agência reguladora. Todos os dias eles ligam para mim e perguntam quando vai acabar. Eu falo que nunca vai acabar, porque eles são profissionais.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Próximo, Sr. Marcos Muniz; depois o Sr. Norberto Carvalho, Ana Uchoa, Marcos Rodrigues da Silva, Maria Aparecida Ribeiro Costa e Augusto Marin. Por favor, Sr. Marcos.

O SR. MARCOS MUNIZ – Bom dia. Obrigado. Queria dizer que a gente tem aqui, e este governo tem aqui, a oportunidade de fazer uma manutenção histórica, uma melhora histórica nessas três pastas que a gente está discutindo, que passa o ano, a gente vem aqui e está Cultura, Assistência Social, a gente já está aqui batalhando na questão do orçamento. E também uma questão aqui de Sempla, quando fala da questão do número, o orçamento viabiliza política pública, não o contrário. A gente está discutindo e pedindo a questão dos 200 milhões para Assistência que vai dar possibilidade de expandir proteção básica, que é o quê? Centro para criança e adolescente, que é contraturno escolar, é melhorar a questão dos

abrigos institucionais. É igual a Cultura está pedindo a questão do recurso ampliado e a questão da Secretaria do Verde.

Quando fala da região do Jaguaré, que uma pessoa aqui falou de manhã, na região do Raposo e do Butantã, (ininteligível) para fazer uma conversa com o Meio Ambiente, são mais de 200 nascentes, alta taxa de mortalidade da juventude naquela região. Então as políticas que este governo tem a possibilidade de reverter, que historicamente não tinham voz nem no orçamento nem no Município de São Paulo, elas precisam ser priorizadas. Então a gente está pedindo essa questão do recurso da Assistência não é porque é um recurso pensado do nada. É o recurso que vai tratar de expansão de proteção básica, proteção especial, vai tratar da ponta. Eu não consigo contratar um cara da Cultura para dar oficina no (ininteligível). É um recurso que é menos de 300 reais no mês. (Palmas) Como é que eu vou...

Então a gente precisa mudar a lógica do orçamento. O orçamento viabiliza política pública. A Secretaria de Planejamento deve conversar com quem executa política pública e repensar como redirecionar o orçamento, porque aí, no ano que vem a gente não estará aqui discutindo 200 milhões nem pedindo 400 milhões para a Secretaria do Verde nem pedindo mais recursos para a Cultura; a gente vai expandir o modelo de gestão de política pública diferente para o país inteiro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sr. Marcos. Próximo, Sr. Norberto Carvalho, por três minutos.

O SR. NORBERTO CARVALHO – Da Cooperativa Paulista de Teatro. Vou iniciar fazendo algumas considerações, tentar fazer uma inversão. Primeiro que todo ano a gente está aqui, há anos a gente vem acompanhando essa questão do orçamento, e há de considerar o seguinte: essa legislatura da Câmara Municipal tem avançado consideravelmente em relação às outras, em relação à cultura.

Podemos lembrar que no ano passado foi aprovado o Prêmio Zé Renato e que neste ano está no orçamento; foi aprovada a lei com 12 milhões, entrou com quatro milhões,

está com oito milhões neste ano. Foi aprovado no ano passado o Vai 2, que é uma importante política para a periferia da Cidade. Está tramitando um PL na Casa de isenção de ISS para atividade artística. Foi aprovado nesta semana um projeto de autoria do Nabil Bonduki, José Américo, Floriano, que também assina o relator do orçamento, o Vereador Ricardo Nunes, que propor isenção de IPTU para os espaços artísticos e culturais da Cidade.

Estou falando isso porque a gente tem tido algum avanço na área cultural. Mesmo do ponto de vista do orçamento, no ano passado, quando o relator foi o Fiorilo, a gente avançou um pouco. Neste ano, com o Ricardo Nunes, a gente está avançando um pouco. É óbvio que a gente está aqui reivindicando os 2% da Cultura como um direito à cidadania, um direito à Cidade.

Com essas considerações, Vereadores e Relator, queria fazer um apelo. O (ininteligível) esteve aqui falando do orçamento da Casa. A gente atualmente sofreu um corte, no Governo Estadual, de nove milhões no orçamento do Proac, e o orçamento da Assembleia Legislativa é muito maior do que o orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, está em torno de um bilhão. A gente está propondo também que esses nove milhões voltem para a Cultura por meio da retirada, por meio de uma reorganização do orçamento da Assembleia Legislativa.

Então vou fazer uma consideração muito fraterna aqui para a Casa. Eu acho que esse projeto que foi colocado aqui dos saraus, do projeto Veia Ventania, ele é importante, ele é de uma qualidade de abrangência para a cidade de São Paulo muito importante, não pode ficar de fora desse orçamento. Então acho que 1,8 milhão é muito pouco, considerado todo o orçamento que está sendo apresentado aqui, então estou fazendo um apelo para o relator: que esses recursos, assim como a gente está vendo na Assembleia Legislativa... É óbvio, nós não estamos aqui dizendo que os... fazendo aquele discurso fácil, dizendo “não, tem muita grana para a administração da Casa”. Não é esse o discurso, mas eu acho que, dada a importância desse projeto, a gente pode ver um remanejamento. Como outros colegas colocaram aqui,

talvez algum remanejamento de uma parte, talvez de um milhão – estou propondo -, um milhão o remanejamento do orçamento do Teatro Municipal, e 800 mil reais, é possível, penso que é possível fazer um remanejamento do orçamento da Casa e contemplar milhares de jovens da periferia da Cidade. Essa é a minha consideração. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado.

Gente, acho que nós erramos, porque eu deveria ter explicado no começo o que a gente fez de alteração e o que a gente está pensando em colocar na peça, porque estava cheio. Acabou que... Era importante vocês falarem, mas eu acabei perdendo a oportunidade de dizer como é que ficou a peça, o que a gente vai mudar ainda mais. A gente vai ter alteração do Theatro, já é consenso da Casa. Esteve aqui o pessoal da Prodam, tiramos 60 milhões da Prodam, e queria explicar o porquê, mas para não prejudicar quem está aqui, vamos continuar nesse ritmo. Nós erramos. Eu deveria primeiro, pelo menos em dez minutos, ter falado do processo.

Tem a palavra a Sra. Ana Uchoa.

A SRA. ANA UCHOA – Bom dia, Srs. Vereadores. Na realidade é apenas uma observação. Estou de acordo com as manifestações mais amplas e essa vai ser bem específica. Sou conselheira municipal participativa do Butantã e o ciclo de planejamento participativo e orçamento tem nos posto bem próximos a essas questões orçamentárias, e tem sido muito importante e estimulante esse exercício. Só quero garantir que apareçam na LOA algumas das nossas reivindicações.

Esse conselho fez escolha de três áreas prioritárias: saúde, educação e habitação. Nosso projeto de educação aparece na PLOA. O nosso projeto de saúde foi remanejado. Era uma UPA, nós entendemos a inviabilidade, e aí nós propusemos a ampliação de uma UBS para UBS integral, ampliação de RH e ampliação também das dependências físicas, se necessário, para ser compatível. Isso não aparece na PLOA. Foi discutido com a Secretaria,

sei que ainda não deu tempo, mas só para saber se precisa ser discriminada, ou não, essa ampliação da UBS Real Parque para UBS integral. E também o nosso projeto de habitação é Vila Nova Esperança, que foi postergado... Pelo menos apareceu, nós estamos satisfeitos, mas a gente queria diminuir o prazo para a implantação desse projeto de urbanização da Vila Nova Esperança.

É tudo.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sra. Ana. Próximo, Sr. Marcos Rodrigues da Silva, CET.

O SR. MARCOS RODRIGUES DA SILVA – Obrigado, Vereador. Bom dia a todos. Primeiramente quero dizer que é um prazer estar aqui. Acho muito importante a população se posicionar, reivindicar.

Como trabalhador da CET há mais de 22 anos, concursado, infelizmente vemos, a cada mudança de gestão, a empresa sofrendo com os impactos nos programas que a gestão impõe para a Cidade. Cada vez que muda a gestão muda a ideia do trânsito, muda a ideia do transporte e nós, trabalhadores, acabamos sendo prejudicados por não poder prestar um serviço digno para a população de São Paulo.

Tivemos oportunidade de participar um pouco antes da campanha, conversamos com o Prefeito Haddad, realmente existe uma vontade muito grande desta administração de melhorar a parte de transporte coletivo, a parte da mobilidade urbana. Porém a CET clama por pessoas para administrar esse caos que é a cidade de São Paulo. Eu não venho aqui pedir como empresa, venho aqui pedir como cidadão que nós, trabalhadores da CET, tenhamos condições de prestar um serviço digno para a cidade de São Paulo.

Hoje, comparando com outras cidades, somos um das maiores cidades da América Latina e temos um número muito pequeno de trabalhadores para administrar todo o caos, e com isso vidas se perdem, pessoas morrem, crianças são atropeladas. E a gente não tem

como chegar nas ocorrências por falta de pessoal, não temos uma estrutura à altura para atender à demanda da Cidade. Por isso estamos aqui como trabalhadores. Estou falando em nome de quatro mil trabalhadores.

Pedimos que esta Mesa realmente nos dê condições de participar do projeto do Governo, de prestar um grande serviço para a população de São Paulo, tão sofrida. Nós entendemos que temos muito que crescer, que aperfeiçoar, então pedimos para fazer o nosso concurso, para colocar novas pessoas. O trabalhador da CET está adoecendo. Eu mesmo sou vítima de todo esse caos, sofri um câncer. Temos muitos trabalhadores baixados por essa demanda tão grande de trabalho que a gente não consegue dar conta.

Então (ininteligível) necessidade de toda a população, entendemos a necessidade da cultura, do transporte, da ação social, mas nós estamos falando de vidas. A vida na CET, uma CET atuante significa diminuição de mortes na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Próxima, Sra. Maria Aparecida Ribeiro Costa.

A SRA MARIA APARECIDA RIBEIRO COSTA – Boa tarde. É muito rápido. Eu pensei que fosse sair daqui esclarecida – ainda não estou – sobre a questão do orçamento.

Primeiro, que fosse ter um demonstrativo, como já falaram aqui. Segundo, esse orçamento que está previsto para 2014(?), quanto vai se arrecadar em 2015? Existe previsão, estimativa? Tem uma conta do Tesouro Nacional, não é? Quanto tem? Qual é a estimativa do valor que existe para suprir todas essas necessidades nossas? Quer dizer que não vai existir nenhuma possibilidade? Gostaria que os vereadores repensassem em todas as solicitações da questão da assistência social, porque nós, idosos, precisamos de centro/dia, de mais instituições de longa permanência, de Unidade de Referência de Saúde ao Idoso. Parece que está sendo cortado do Orçamento. Mas, eu quero pelo menos sair daqui entendendo o que realmente tem e com o que realmente a cidade de São Paulo vai poder contar o ano que vem,

não o que já foi empenhado ou o que já está sob dotação orçamentária, mas o que realmente tem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigada, Sra. Maria Aparecida.

Tem a palavra o Sr. Augusto Marinho, do Movimento dos Teatros Independentes de São Paulo.

O SER. AUGUSTO MARINHO – Boa tarde a todos, vou falar rapidamente. Estou aqui pelos Movimentos dos Teatros Independentes de São Paulo, o Motin, um movimento recém criado e também Cooperativa Paulista de Teatro, Apetesp, Sated, enfim.

Nós, e os Srs. Vereadores, Ricardo Nunes e todos os Vereadores, estamos vivendo uma situação muito difícil e triste hoje, muitos pequenos teatros e espaços culturais da Cidade estão fechando suas portas devido a vários fatores. A especulação imobiliária de São Paulo é altíssima. Vocês têm acompanhado pela imprensa, o Brincante está ameaçado de fechar; o Teatro Eco fechou há pouco tempo; o Bartolomeu, que teve uma mobilização grande, acabou de ser fechado e outros tantos espaços estão sendo fechados.

Então estamos nos mobilizando há dois anos mais ou menos em relação a isso; estamos em conversas muito boas com a Secretaria de Cultura do Município, com o Guilherme e o Juca e alguns espaços, inclusive conhecidos, como o Parlapatões, o Teatro Commune, o Folias, Satyros, vários que estão localizados no Centro e alguns na periferia. São vários espaços na periferia. Então, nós criamos uma lei em que o Ricardo Nunes, inclusive, é um dos signatários, assim como o Floriano Pesaro, o Nabil, que é a lei de isenção de IPTU para os teatros de rua. São pequenos espaços não comerciais, que atendem um número pequeno de pessoas.

Precisamos hoje de um incentivo que para o Município é de uma ordem muito pequena; estamos pedindo um milhão hoje, Ricardo, para uma rubrica para o ano que vem para esses espaços. São 90, 100 espaços hoje na cidade toda. Para os teatros hoje isso

significa 1.500 reais por mês. Então, é muito pesado para o teatro, é um apoio, é um reconhecimento do Município muito grande ao espaço que o Município concorda, o Prefeito Haddad, o Juca concorda e disse isso publicamente a todos. As grandes cidades do mundo hoje apoiam os seus espaços culturais, a sua rede de espaços culturais na Cidade como na Argentina, Buenos Aires; Bogotá, na Colômbia; Madri, enfim, varias cidades do mundo têm essa rede de apoio.

Então, estamos buscando um reconhecimento, um apoio em relação a esses espaços, que são prioritários e importantíssimos para a Cidade. Participamos da Virada Cultural, enfim. É uma rede de resistência, de pontos de cultura muito importante. Então, o nosso pedido, Ricardo - a lei está para ser votada em segunda discussão, o Nabil já está fazendo um substitutivo importante em relação ao município também, acertando isso tudo -, o valor que a gente chegou hoje, uma estimativa média é de um milhão de reais apenas para suprir exatamente essa rubrica.

Então, gostaríamos muito que isso pudesse ser aprovado, porque é uma lei que reverte esse incentivo mínimo, básico, para esses espaços que estão na rua. Os cinemas de rua, por exemplo, têm incentivo já desde outra lei e os teatros, não. Então, a gente pede a vocês encarecidamente esse apoio.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Augusto.

Tem a palavra a Sra. Vânia Maria Ferreira. Depois Iso Sendacz, Allan Carvalho, Rogério de Mesquita Spíndola, Professora Rutilene e Vagner Bravo.

A SRA. VÂNIA MARIA FERREIRA – Boa tarde a todos e a todas que sobraram na plenária. Vou procurar ser bem rápida. Cumprimento toda a mesa e também o restante que ficou, aguerrido para nos ouvir.

Só queria dar dois recadinhos na verdade. Primeiro, dar um alô para os meninos da cultura, estamos juntos, somos da assistência social e hoje ainda fico feliz porque vocês são a

ponte, porque nós somos os que moramos debaixo da ponte. Estamos aqui hoje tentando fazer jus para que essas pessoas também possam subir nessa ponte. Então, contamos com vocês também, porque a cultura é fundamental mesmo, mas a assistência social é estruturante para esses mais de 270 mil usuários que a gente já falou aqui.

Quero somente esclarecer, pois parece que a gente está vindo aqui falar para fazerem um favor para a gente, Casa, vereadores, companheiros. A assistência social não é favor, é um direito garantido. Passou da hora de toda a Casa e de todos os vereadores entenderem que a assistência social está consolidada através do Sistema Único de Assistência Social. É essa a bandeira que a gente tem que defender, pois é esse o sistema que a gente tem que levantar para que todos os anos nós não sejamos obrigados a ver pessoas batendo na mesa de novo, Fulano, de novo Sicrano, como a gente acabou de ver hoje.

Então, a gente não precisaria estar aqui se vocês fizessem a gentileza de cumprir a lei e garantir os 5% da assistência, que é a nossa bandeira há mais de dez anos. Estamos gritando pelos 5%, porém hoje ainda estamos sendo mais humildes. Nós não esquecemos da nossa bandeira, mas a gente vai lá pedir o que nos tomaram nos últimos três anos, ou seja, 200 milhões para repor. Com esses 200 milhões a gente não vai com certeza melhorar a situação dos mais de 15 mil pessoas em situação de rua, mas com certeza a gente vai fazer mais barulho e melhorias para que eles possam sair e diminuir desses 15 mil. O ano que vem estaremos de volta, se for preciso.

Por fim, só para finalizar, queria fazer dois desafios. Um é o nosso cheque assinativo – tem canetinha, tem tudo – desafio os Vereadores presentes, que persistiram, a assinarem o nosso cheque, comprometendo-se sim a levar adiante a discussão da aprovação dos 200 milhões. O segundo é solicitar que, por favor, garantam o nosso direito e divulguem o dia da votação dessa Peça Orçamentária com antecedência, porque nós não somos mais obrigados a ficar na calada da noite acordados esperando detalhes do dia da votação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Sra. Vânia.

Queria só dizer que o Padre Lédio já me desautorizou e a segunda é que possivelmente devem votar em primeira hoje. É o que a gente está esperando... Então, na quarta-feira, segundo o Sr. Relator.

Tem a palavra o Sr. Iso Sendacz, do Conselho Participativo da Sé, que não se encontra. Próximo, o Sr. Allan Carvalho, do Fórum de Transparência, Participação e Controle Social.

O SR. ALLAN CARVALHO – Muito obrigado pela presença de todos. Acima de tudo é preciso lembrar o significado e o sentido de estarmos aqui. Eu, como um dos membros do Fórum de Transparência, Participação e Controle Social e demais colegas, como o companheiro Plínio, da Saúde; nós, do grande Conselho do Idoso primamos por esse espaço da democracia participativa, pela possibilidade de o povo exercer diretamente o seu poder.

Quero completar a fala de Vânia - também sou membro do Fórum Municipal da Assistência Social e como representantes do mesmo fundamos o Fórum de Transparência, Participação e Controle Social – questionando sobre qual será o resultado efetivo que esta audiência pública trará na execução orçamentária de 2015? Que impacto todo esse tempo investido por todos nós aqui de verdade vai ter na mudança e na transformação do Orçamento? E realmente é impossível não constatar que os valores que estão sendo aqui pleiteados dentro do gigantismo do Orçamento municipal de fato são bastante pequenos para falar da grandeza das políticas públicas e das dificuldades que a população mais vulnerável tem nessa cidade. Então, governar é sim definir prioridades.

Queria aproveitar a presença da Secretaria de Planejamento, que já apelidamos de os jardineiros infiéis, que são aqueles que cortam e cortam e não dão resposta à comunidade, à sociedade, não vão às audiências públicas, no território para explicar quais são os critérios que são utilizados para arredondar, para poder garantir que o cobertor curto contemple todo mundo. Seria importante que nesta audiência pública a Secretaria explicasse quais são os

critérios, porque a assistência social já tem garantida em lei uma prerrogativa do Conselho de Assistência, que é votar a proposta orçamentária que vai ser encaminhada para esta Casa como pontapé inicial da discussão. Esse preceito da lei é sistematicamente desprezado e desrespeitado, não só por esta Casa, mas principalmente pelas gestões. Infelizmente a gestão Haddad começou mal e no Orçamento passado também praticou esses cortes à revelia do Conselho.

Então, a gente queria saber e queria convidar os representantes da Secretaria para dizer qual é o critério, tirar da criança e do adolescente vítima de violência? Tirar da cultura, com qual fundamento? Vão pôr onde? Como serão realocados esses recursos a partir das propostas originais que as secretarias encaminham para Sempla?

Queria reiterar o convite aos Vereadores, a gente conhece a luta do Vereador Fiorilo em prol da defesa da criança e do adolescente e que ele pelo menos assuma o compromisso de, se não possível assinar o cheque, lutar por essa emenda, por essa aprovação. A gente está junto com a cultura, sim. São 2% para a cultura, 5% para a assistência e vamos tirar os equipamentos sociais debaixo do viaduto e vamos fazer saraus e eventos culturais.

Juntos vamos conseguir vencer. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Quero dizer que sou totalmente favorável ao projeto de lei que reestrutura a escola e o Centro Cultural da Cidade Tiradentes.

Tem a palavra o Professor Rogério de Mesquita Spínola, da Escola Técnica de Saúde Pública “Professor Makiguti”.

O SR. ROGÉRIO DE MESQUITA SPÍNOLA – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, meu nome é Rogério Spínola. Eu sou professor da Escola Técnica de Cidade Tiradentes e estou aqui hoje representando um número bastante grande de professores e colaboradores da escola. Estamos aqui em nome da comunidade do bairro de Cidade Tiradentes, esse bairro que possui dois aparelhos públicos essenciais para a enorme

população daquele bairro: a Escola Técnica de Saúde Pública “Professor Makiguti” e o Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes.

Lembro aos Srs. Vereadores de que a Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia é o órgão que faz a gestão desses aparelhos públicos. Porém, a Fundação Paulista precisa urgentemente de uma reestruturação, principalmente administrativa, que só será possível pela aprovação do Projeto de Lei 318, que está prestes a ser aprovado – nós esperamos assim – nesta Casa.

A Fundação Paulistana foi criada aqui na Câmara Municipal no ano de 2004. Porém, o plano de cargos e salários dos professores e funcionários, a reestruturação da Fundação não foi realizada como exigia a lei. Então, o PL 318 vem para resolver esse problema.

Eu também reforço que a aprovação do PL 318/2014 é uma segurança de melhoria e manutenção da nossa escola, como também a criação do Centro de Formação Cultural. A nossa escola já existe há mais de dez anos, com excelência, na formação de milhares de técnicos em saúde pública. Esse é um diferencial na nossa escola, se compararmos, por exemplo, com as escolas do Sistema S, que não formam escolas nem formam alunos em saúde pública.

Portanto, Srs. Vereadores, nós estamos aqui pedindo a aprovação urgente do PL 318/2014, para que a Escola Técnica de Saúde Pública e o Centro de Formação Cultural estejam aí à disposição da população da Cidade Tiradentes. O orçamento do bairro da Cidade Tiradentes foi um dos menores entre os bairros da cidade de São Paulo. Quem sabe, a aprovação desses PLs possa compensar essa falta de recursos para o bairro da Cidade Tiradentes. Peço encarecidamente então aos Srs. Vereadores que, com muito carinho, observem o PL 318/2014.

Boa tarde a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Rutilene, professora.

A SRA. RUTILENE – Boa tarde a todos. Cumprimento aqui toda a Mesa. Falo aqui como cidadã brasileira e munícipe. Eu estou observando, desde o início, esse momento, esse tempo aqui, vivendo, no tempo e no espaço, essa audiência. É importante demais ouvir o povo. Ao fazer uma análise, não quero fazer aqui nenhum “sociologuês” e nenhum “teologuês”, mas cada pessoa que está aqui veio para defender o particular. Digo que não se discute o particular sem discutir o geral; e não se discute o geral sem discutir o particular. Muitos vêm aqui para discutir o seu umbigo. Não quero descer a esse nível aqui. Se foram feitas inúmeras audiências públicas e o povo já foi ouvido, nós deveríamos ser mais objetivos e objetivar mais as nossas falas. No orçamento de São Paulo, as partes fazem parte do todo e o todo faz parte das partes. Cada um vem aqui e discute só a sua parte, e o orçamento é o todo; e se discute aqui a cidade de São Paulo, não o gueto, não os pequenos guetos. Cada um vem aqui e discute o seu gueto, a sua vila e a sua rua. Eu sou Ruti, do PT, Partido dos Trabalhadores; e quero sim fazer essa fala: Cultura faz parte, Educação faz parte, tudo faz parte. As partes fazem parte desse todo, que se chama orçamento; e esse orçamento é o todo.

Desejo Feliz Natal para todos. Nós temos que desenvolver o sentimento de pertencer, o sentimento da pertença, a cultura pertence, a Educação pertence. Todos nós nos pertencemos. O orçamento é um todo, o todo faz parte das partes e as partes fazem parte do todo; sem querer fazer aqui um “teologuês” ou um “sociologuês”.

Eu sou missionária, Rutilene dos Santos, da Colônia Goiânia no Brasil, interlocutora há 24 anos em relação aos resíduos sólidos desta Cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Vou depois pedir para o Sr. Padre Lédio abrir uma inscrição para cursos de filosofia.

Tem a palavra o Sr. Wagner Bravo.

O SR. WAGNER BRAVO – Boa tarde a todos da mesa e a todos os colegas. Eu

trabalho na CET há 22 anos. Já passei por várias administrações. Quero fazer um relato para os senhores. É um grande orgulho trabalhar nessa empresa. Nós estamos passando por dificuldades imensas, principalmente no tocante ao pessoal. Viemos aqui e já passamos, durante semanas e meses, nos gabinetes dos Srs. Vereadores. Enalteço aqui o Vereador Ricardo Nunes, pelo grande empenho e grande vontade que demonstrou nesses últimos dias.

Nós, realmente estamos precisando do concurso dentro da empresa. Hoje nós deixamos de atender a uma grande massa da população, principalmente o pessoal da cultura, que está hoje aqui. Pessoas pedem e solicitam o apoio da CET, por meio de documentos; e a CET hoje não consegue cumprir a necessidade da cidade de São Paulo.

Dou um exemplo para os nobres Vereadores. Eu trabalho num departamento onde chegam várias solicitações dos Srs. Vereadores, para que possamos dar apoio a movimentos; e a CET hoje não consegue contemplar essas necessidades. Então, viemos aqui e, como disse o meu amigo, estamos realmente necessitando de um concurso na CET. Agradeço pela rubrica que foi acrescentada no relatório. Peço: “CET, concurso já”. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Dimitri Auad.

O SR. O SR. DIMITRI AUAD – Primeiramente, falo da minha preocupação com o orçamento participativo de 2016. Repensem essa questão do arranjo. Eu, na minha ignorância, gostaria de saber se o Regimento Interno da Casa permitir-nos-ia que essa sessão suspensa e que houvesse continuidade num outro dia; uma vez que foi colocado que haveria impossibilidade de haver a terceira audiência. Essa proposta não veio colocada.

Outra coisa é que foi dito aqui que o documento digital não foi disponibilizado. Eu, pelo menos, não o localizei e gostaria de ter recebido. Recebi uma chamada, um convite para aqui estar, contudo não disseram o horário. Só disseram o dia e o local.

Eu sou da região da Cidade Ademar e Pedreira. Participo do Fórum Social Cidade Ademar-Pedreira, e nós demandamos a readequação da Estrada do Alvarenga e da Cupecê,

ante às consequências oriundas da proibição de tráfego na Bandeirantes, na Marginal e conseqüentemente o tráfego pelo Rodoanel Imigrantes. O congestionamento que se dava na Bandeirantes e na Marginal recaiu sobre a nossa região. Nós não estamos contemplados no plano de viário que foi aprovado. Nós estamos pedindo isso, porque, na periferia, concentra-se a frota mais antiga; e o congestionamento casado com uma frota mais antiga implica no rompimento da capacidade de suporte atmosférico da região. A região da Pedreira teve o pior índice atmosférico de São Paulo, de acordo com a Agência Estadual Ambiental.

Eu ouvi o Vereador Milton Leite falar muito que urge mais recursos para o povo. Eu me lembro de que os dois projetos, Água Espirada e o novo sistema viário, próximo ao Panabi, com recursos oriundos da outorga onerosa, de seis a sete bilhões de reais. Praticamente o recurso provindo da outorga onerosa não está sendo voltado para a periferia; está para a expansão do centro expandido, favorecendo aquilo que é de interesse do setor imobiliário e dos já incluídos.

Peço que repensemos talvez, para o ano que vem, sobre a outorga onerosa, para que seja repensada e retrabalhada, para que sobre, e haja recursos para o que estamos pleiteando e esperando. Não dá para pedirmos 1,4 milhão de reais para a Cultura, quando existem seis a sete milhões de reais para obras viárias praticamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, a quem peço que seja anexo o documento que foi solicitado, no final da sua fala.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou Presidente da UNI São Paulo, trabalho e empreendedorismo. Uma das teses da nossa central, de sustentabilidade humana, para construir uma nova sociedade de conhecimento para um novo mundo do trabalho, o empreendedorismo, é que é preciso investir em políticas públicas de Educação, Esporte e Cultura, para a formação do novo cidadão: a criança, o adolescente e a juventude. Nessa plenitude revolucionária, divisão de nação, que eu apresentei o projeto de construção de 96 CEUs para a ex-Prefeita Marta Suplicy e hoje Senadora da República.

Numa audiência pública na subprefeitura de Santo Amaro, eu fiz uma denúncia do Ginásio Jorge Pudle(?), que foi jogado para as traças. É uma área de cem mil metros quadrados, e foi adotada por traficantes de drogas, que desenvolveriam ali criminosamente numa área central da Cidade, no centro de Santo Amaro, a prática do tráfico de drogas e a prostituição infantil e de adultos. Assim é retomada a construção de um CEU e um grande centro de iniciação esportiva. Essa tese foi aprovada.

Eu gostaria de saber do Sr. Secretário Adjunto se a construção do Jorge Pudle(?), em Santo Amaro, está alçada nessa peça orçamentária, e se há mais alguns CEUs em projetos.

Nós também defendemos, nas audiências públicas, a construção de 96 garagens subterrâneas na cidade de São Paulo, com tecnologia avançada, para o desenvolvimento do empreendedorismo individual. Uma questão é a construção de abrigos em todos os pontos de ônibus na cidade de São Paulo; e outra é a construção de cem banheiros públicos na cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Solicito que o documento seja anexado à mesa.

Tem a palavra o Sr. Antônio Honorato Pinheiro.

O SR. ANTÔNIO HONORATO PINHEIRO – Boa tarde a todos. Gostaria que estivessem mais representantes da Casa nessa mesa composta aqui. Exclusivamente, eu gostaria de perguntar ao pessoal do Planejamento e Finanças, quanto de grana está destinado para o ano de 2015 para o TEG – Transporte Escolar Gratuito do Município de São Paulo?

Por outro lado, queria saber se nessa programação está previsto o aumento, porque há mais de oito anos estamos na luta para conquistar esse aumento. E, diga-se de passagem, que, nessa gestão, conseguimos à época uma negociação que se falava em pneus.

Por exemplo, meu carro roda com quatro pneus e tem um estepe. Mas, até agora, a

Prefeitura só me deu um pneu, ou seja, vou trabalhar em circo. Só em circo é que se anda com aquela bicicleta que só tem um pneu.

Precisamos saber, e eu gostaria, mesmo, de sair daqui com uma certeza de quanto vai ser essa verba para o Transporte Escolar Gratuito. E se realmente vai ter algum ajuste para essa classe, que está muito defasada e transporta - como diz aquele velho ditado - o futuro desse país.

Até agora não vejo vontade política por parte da Casa em tentar melhorar esse serviço junto à população.

Repito: gostaria de sair daqui com uma resposta do pessoal do Planejamento e de Finanças a respeito de grana. O Transporte Escolar Gratuito de São Paulo precisa de dinheiro para continuar operando, pois, do jeito que está, estamos colocando a vida de pessoas que não são nossos familiares, mas nós passamos a ser seus psicólogos em risco.

Por isso, gostaríamos que a Casa desse atenção a essas condições que, hoje, vive o transporte.

E, por outro lado, perdemos muito tempo em estar discutindo a presença da Sra. Leda, que deu a entender que ela era mais importante do que o Orçamento daqui do Município de São Paulo. Então isso nos atrasou e muito, essa discussão do início da audiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sr. Antonio. Próximos: Reginaldo Gomes da Silva, Odair Barreiros e, por fim, a Sra. Márcia. Três minutos para cada um para que possamos ouvir as Secretaria e o Relator, com sua proposta.

O SR. REGINALDO GOMES DA SILVA – Boa tarde a todos os presentes.

Quero fazer uma pergunta direta ao pessoal do Planejamento, e, como se diz, ao pessoal da grana.

Eu sou condutor do Transporte Escolar Gratuito, mas quero falar também na condição do pai, porque tenho uma criança de um ano e dois meses, e esse é um projeto

social da cidade de São Paulo – que é o transporte escolar gratuito para as crianças – e que, às vezes, não é compreendido por essa lógica.

Está sendo compreendido pela Secretaria da Educação. Nós somos condutores, contratados pela Secretaria de Transportes. Nos reportamos, enquanto profissionais, e enviamos de documentos, à mesma Secretaria de Transportes. Na hora de receber, recebemos pela Secretaria de Educação.

Então a verba destinada para a Secretaria de Educação – o todo da Educação -, o Secretário – se é ele que faz – ele destina um percentual ‘x’ para pagar o pessoal do Transporte Escolar, que foi contratado pela Secretaria de Transportes.

Portanto, nós, os condutores, queremos saber o seguinte: é possível remanejar essa lógica, mudar essa lógica, ou seja, essa verba do TEG ser remanejada para a Secretaria de Transporte, pois a Secretaria de Transporte, pelo que sabemos, tem mais recursos para pagar o tocante ao transporte, haja vista as empresas de ônibus que rodam nessa cidade, com contratos milionários.

Nós não estamos atrás de fortuna, estamos reivindicando algo que é justo.

E parece ser uma discrepância. Nós somos condutores, somos contratados pela Secretaria de Transporte, nos reportamos, com documentação, à Secretaria de Transportes, mas, na hora de receber, somos pagos por pessoas que não conhecem nada de transporte.

Aproveito para pegar um gancho nessas palavras para fazer uma denúncia, Vereador, aqui à Casa, denúncia rápida.

Transporto uma criança que mora a 2,6 mil metros da casa dela. A prima dessa criança mora a 1,7 mil metros da escola. São duas crianças, ambas de cinco anos, da mesma família. Por causa de 400 metros, o diretor da escola, que não tem culpa porque foi orientado pela Secretaria da Educação a fazer isso, negou o transporte para essa criança, sendo que o carro que eu trabalho tinha vaga para mais três crianças. Quero dizer ainda que, dos 5 mil que recebo de contrato, R\$ 3,7 mil referem-se ao aluguel do carro.

Por causa de R\$ 38,00 que é pago para essa criança ser transportada, a Secretaria de Educação negou o transporte para essa criança.

Quero perguntar ao senhor, enquanto Vereador, a Casa sabe disso? O Prefeito dessa cidade concorda com isso? Isso está correto, Vereador, de se fazer? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço ao Sr. Reginaldo. Próximo é o Sr. Odair Barreiros. Está aí? (Pausa).

Então, por fim a Sra. Márcia Groeningen(?).

A SRA. MÁRCIA - Boa tarde a todos. Quero manifestar meu repúdio por tudo isso que está acontecendo. Eu abro mão dos meus três minutos para que os senhores os aproveitem da melhor maneira para falar, verdadeiramente, da proposta dessa conferência que é o Plano Orçamentário de São Paulo 2015. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço à Sra. Márcia.

Vou combinar o seguinte, como a Sra. Márcia abriu mão da fala, e todos querem ouvir V.Exa., Vereador Ricardo Nunes, por favor. Assim, podemos ter tanto a fala do Relator, como dos dois representantes da Secretaria de Finanças e Planejamento.

Quero combinar ainda o seguinte, e, por isso, pergunto: é melhor o Vereador Ricardo Nunes apresentar, rapidamente, por uns dez minutos e, depois, passamos à Secretaria? Pode ser? (Pausa). Então, por favor, Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, acho que nem vou usar os dez minutos, está todo mundo já cansado, pois começamos às dez e são quatro horas de audiência pública. Eu já estou há 62, com quatro, são 66 horas. Quatro horas são cansativas, não? Imaginem vocês essas 66.

Bom, acho que consigamos debater bastante, nunca vamos conseguir atender em cem por cento todas as demandas, isso está claro.

O pessoal do TEG tem uma dificuldade. Já está previsto 128 milhões, mas precisamos ver de onde vai retirar.

Tem ainda a questão do PAS, dos 200 milhões, não teremos 200 milhões. É preciso ter sinceridade com esse assunto.

Mandamos um documento para a Sempla e acho que é possível fazer algo. Acho que 200 milhões não dá.

O debate e a reivindicação, se me permitem uma sugestão, com transparência, precisaríamos ter dito o seguinte: “Preciso de ‘x’ vagas para a Cedesp, ‘x’ para a CCA, ‘x’ para a CJ”. Falar em 200 milhões, assusta. Estou falando isso como amigo, nem é como Vereador.

Acho que, talvez, pudéssemos mudar o discurso: “Tenho uma necessidade de tanto de núcleo do idoso, por exemplo, sei lá, daí chegaríamos num número”.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Não, senhora. Não esqueci, porque a senhora me pediu que colocasse no Orçamento a questão de aumentar R\$ 100 mil lá na...

Tudo que você me pediu, eu coloquei.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Tudo. A senhora está sempre sendo atendida. Lá em Itaquera, a senhora tinha pedido o Centro Dia, está colocado o Centro Dia. A senhora pediu para aumentar R\$ 100 mil lá no URSI da Sé, nós aumentamos.

O que eu queria dizer para vocês: procuramos atender, em quase que cem por cento, todas as demandas das audiências públicas. Foi um trabalho que fizemos e, vejam, todas essas audiências públicas são gravadas.

Tomamos o cuidado de, depois de terminadas as audiências, assistir todos os vídeos que estão no site da Câmara, no cantinho, embaixo, do lado direito, está lá: arquivo das gravações. Assistimos todos, escrevemos, detalhamos, abrimos as rubricas, a Sempla queria tirar, explicamos a necessidade para atender as audiências públicas e os Srs. Vereadores, eles entenderam e a conversa foi muito produtiva.

O Orçamento geral é de 51,3 bilhões.

Existem algumas questões que nos preocupam como, por exemplo, os 360 milhões que estão previstos de antecipação do FMI SAI, que isso ainda vai depender de ter uma negociação da bolsa com a Sabesp. Pode ser que não entre esse recurso. Já estava em 2014, está previsto para 2015.

Temos a questão do PPI: estão previstos 500 milhões. O PPI nós votamos em primeira, não votamos em segunda ainda. Espero que essa semana, votemos em segunda, pois se não votarmos, o PPI não entrará nos 500 milhões.

Tem ainda a questão do IPTU, 789 milhões, com a decisão do Tribunal de Justiça – vou falar rápido, porque eu até gostaria de falar bastante coisa para vocês, afinal aconteceu muita coisa boa nesse processo todo, mas vou tentar falar de uma forma geral, para que vocês saiam com um mínimo de informação – então, dos 789 milhões com a Tribunal de Justiça esse dinheiro está resolvido.

Teríamos a questão dos 174 milhões da devolução do IPTU para as pessoas que pagaram a mais, em 2014, e se a lei estivesse ativa, não teriam pago, como, por exemplo, quem tem imóveis até R\$ 160 mil, do valor venal, que estariam isento e não ficou, acabou pagando. Vai ter de ter o dinheiro de volta. Dos idosos, a atual lei fala que está isento do IPTU o aposentado que tenha um imóvel e ganha até três salários mínimos.

A lei atual, que o Tribunal de Justiça mandou voltar a vigorar, cria duas faixas: de três a quatro salários mínimos, com 50% de desconto; e de quatro a cinco salários mínimos, com 30% de desconto. Colocamos ainda um teto de valor venal de casas até R\$ 1 milhão. Antes não tinha o teto.

Então quem tem um imóvel, aposentado, e está nessas duas faixas, e quem pagou de três a quatro salários ou de quatro a cinco salários mínimos, acabou pagando IPTU vai ter de ter o dinheiro de volta. Isso soma na casa de R\$ 174 milhões.

Da onde vai sair esse recurso? Já está com a rubrica no Orçamento. É do valor que – com a renegociação da dívida – acabou fazendo com que caísse um pouco o valor que a

Prefeitura deverá ao pagar ao Governo Federal. Então já está rubricado esse valor para poder fazer essa devolução.

Fizemos um aumento grande – grande, razoavelmente, ainda acho pouco, no segundo relatório imagino que tenhamos de aumentar bastante – nas Subprefeituras, da ordem de cento e trinta e poucos milhões. Mas, como disse, ainda é baixo. Precisamos aumentar as Subprefeituras. Isso vimos aqui, as pessoas falando que pedem para cortar a árvore, não tem, pede para tapar buraco, não tem. Então é algo importante.

Criamos, agora, na Peça Orçamentária, um dispositivo que, há décadas, nunca foi utilizado, qual seja, fazer travas, ou seja, não permitir que o Executivo remaneje.

Tenho uma ótima relação com o Prefeito Fernando Haddad e tenho certeza absoluta que ele não verá isso como uma afronta, nem como colocou a *Folha de S.Paulo*, o *Estadão*, outros jornais. Acho que é autonomia e independência da Câmara Municipal de poder escutar as pessoas.

Você não fica aqui, 62 horas, e agora, com mais quatro, 66 horas escutando, para você não fazer nada, não alterar nada da Peça Orçamentária.

Colocamos uma trava, então, de que dinheiro da Subprefeitura não pode ser remanejado, não pode ser tirado.

Estamos construindo, com a Comissão de Finanças, uma situação que já foi, inclusive, aprovada lá no Congresso Nacional, a questão do Orçamento impositivo. O que é isso? As emendas dos Srs. Vereadores serem obrigatórias de execução.

É algo que estamos discutindo e devemos colocar na Peça Orçamentária para poder, efetivamente, executar. Afinal, Vereador é eleito pelo povo e o povo vem nas audiências. E isso tem de ser respeitado.

Existe uma situação que veio na peça orçamentária de autorizar o Executivo a contratar recursos, inclusive, no exterior sem consultar a Câmara Municipal. Estamos alterando isso. Acho que todo recurso tem de ser discutido na Câmara, porque é meu primeiro mandato,

mas todo projeto do Executivo que entrou na Casa saiu melhor do que entrou. Isso é indiscutível, seja no plano diretor, qualquer assunto que chegue do Executivo, tenho certeza que sai melhor.

Fiz um resumo pequeno de alguns remanejamentos que fizemos. Estiveram aqui os representantes dos funcionários da Prodam. Eles estavam muito bravos, mas pudemos conversar e explicar. Havia uma proposta de 399 milhões e tiramos 60 milhões. Foi para 340 milhões e explicamos, por exemplo, o prédio onde está a Prodam hoje custa um aluguel de 405 mil reais por mês. É uma empresa importante, tem funcionários competentes, mas eles precisam se mexer um pouquinho porque estavam no Ibirapuera sem pagar aluguel e foram para a Av. Francisco Matarazzo pagando esse aluguel. É preciso reduzir o custo alto da Prodam que representa um custo alto para as secretarias e tira recursos das secretarias.

Vamos fazer o remanejamento do Teatro Municipal. Foi feita uma transferência de valor da Cultura para o Programa Ventania de um milhão de reais, mas vamos fazer o remanejamento do Teatro Municipal para a Secretaria de Cultura e devemos tirar pelo menos uns 20 milhões do Teatro Municipal, mas isso foi conversado e explicado. Não há nenhuma ação nossa - dos Vereadores Ricardo Nunes, Milton Leite, Aurélio Nomura, Paulo Fiorilo, David Soares, Laércio Benko, Jair Tatto, Adilson Amadeu e Abou Anni – que não tenha sido conversada com as pessoas. Em nenhum momento foi uma afronta.

Evidentemente alguns debates mais intensos, mais acalorados, mas sempre explicando as situações, o porquê de estarmos fazendo isso ou aquilo. O caso da Prodam, por exemplo, fiz o levantamento, eles têm um custo muito alto que não precisa, podem trabalhar em plataforma baixa que é muito mais barata.

O Theatro Municipal, falamos que eles precisam trabalhar melhor a questão da captação de receita. Eles tinham uma previsão de captar recurso porque eles vendem o ingresso quando as pessoas entram, vendem o espaço do restaurante, do dia 01 de janeiro até o dia 30 de setembro, só de 2,9 milhões. É pouco.

Para terem uma ideia, 100% do valor do Serviço Funerário é receita, não tem um centavo de cada um de vocês. O recurso do Serviço Funerário é todo da venda de caixões. Então acho que é possível que o Teatro Municipal trabalhe essa questão. Estamos aqui para ajudar o Teatro.

Conversamos com a SP Negócios, que é uma empresa que custa caro para a Cidade. E se ela custa caro ela tem de trabalhar para a Cidade. Precisa trabalhar para o Teatro Municipal para trazer recursos, ajudar para que as empresas apliquem recursos no Teatro Municipal.

Como achamos que 2,1 milhões para a Parada Gay é muito caro. Acho que este ano dá para deixar e para o ano que vem temos de repensar, porque a SP Negócios tem de trabalhar no patrocínio de empresas particulares e privadas para ajudar a custear a Parada Gay.

— Ou seja, trabalhamos e discutimos muito a Cidade e acho que a Câmara deu uma contribuição enorme para a Prefeitura. Todas as vezes que falei com o Prefeito nesse período, por mais que algumas pessoas das secretarias, por mais que a imprensa quisesse dizer que era uma afronta, em momento algum, todas as ações desta Comissão tiveram total apoio do Prefeito Fernando Haddad.

Quero deixar isso claro porque é uma coisa para parabenizarmos, porque o Prefeito falou: não vou interferir no que a Câmara fizer e só pensem se as decisões terão realmente um fundamento técnico, para que não causem nenhum problema.

- Manifestação na galeria.

O SR. RICARDO NUNES – Mas do transporte escolar vocês tinham um contrato que previa o financiamento para os veículos. E havia também a questão da depreciação do veículo.

- Manifestação na galeria.

O SR. RICARDO NUNES – Tem a ver sim.

- Manifestação na galeria.

O SR. RICARDO NUNES – Não falamos de TEG com o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Se vocês não puderem ouvir não vão conseguir entender. Deixem o Relator concluir a exposição dele, por favor.

O SR. RICARDO NUNES – Estou falando das alterações do TEG do jeito que chegou à Casa, os 128 milhões, não tiramos e nem aumentamos porque nas audiências públicas é a primeira vez que vejo vocês aqui.

Não houve nas audiências públicas essa demanda. Todas as ações da Comissão foram feitas...

- Manifestação na galeria.

O SR. RICARDO NUNES – Mas você não vai me deixar falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Esta é uma audiência, as pessoas ouviram vocês. Agora está na hora de ouvir o Relator. Senão terminamos a audiência.

O SR. RICARDO NUNES – Em todas as audiências fomos anotando, relatando e fazendo as alterações de acordo com o que foi falado nas audiências públicas.

Não houve, por parte do TEG, nenhuma posição com relação ao TEG. Então não foi alterado nada. Chegou o orçamento com 128 milhões e não mexemos nem para mais nem para menos. Agora é uma questão que vamos conversar.

O Vereador Vavá veio falar comigo na semana passada. Mandeí uma mensagem de texto para o Secretário César Callegari e falei a ele que havia uma demanda do TEG que foi trazida pelo Vereador Vavá e precisamos conversar. Ele se propôs a marcar uma reunião junto com o Planejamento. Essa mensagem ele me mandou na quinta-feira passada.

Então nada foi alterado com relação ao TEG, porque é a primeira vez que estou vendo vocês aqui. No ano passado vocês estavam aqui direto. Temos de ter a transparência de falar. A verdade é a verdade. O que estou falando é um fato. Ano passado teve bastante conversa com o TEG, aumentou. Este ano não teve. Ainda há tempo, nós não votamos o

Orçamento. Vamos votar o Orçamento. Ouvimos algumas questões nesta audiência pública que precisamos resolver. Por exemplo, a questão da Assistência Social. Tenho um documento da Prefeitura que relata – eu tomei o cuidado, porque a Assistência sempre veio às reuniões – as reuniões que houve entre o Comas e a Assistência. A Peça Orçamentária que chegou a esta Casa foi discutida com o Comas. Não chegou uma Peça a esta Casa sem discussão com o setor. Está aqui o documento, posso tirar cópia para quem quiser ver. Ele fala inclusive das datas. Dia 27 de agosto saiu uma resolução. As datas das reuniões que ocorreram. Aí foi ampliado em 85 milhões. Então, está tudo no relatório, é tudo transparente, não há crise.

Com relação ao TEG, precisamos entender melhor. Falar para vocês que vou chegar lá e falar assim: “Quero dez milhões para o TEG”, do nada, eu não farei. Se falar que precisa de 5 milhões, 1 milhão, 500 mil, 1 real, mas é por que motivo? Aumentou o diesel? Precisamos ter seriedade no processo. Então, isso é uma coisa que podemos encaminhar, desde que tenhamos, em todas as ações, uma justificativa, senão perdemos a credibilidade.

Então, estou me dispondo, estou relatando para vocês o seguinte: O Vereador Vavá me procurou, falou do TEG. Eu conversei com algumas pessoas do meu relacionamento que são ligadas ao TEG, pessoas da minha região. Temos conversado. Eu falei: “Achei estranho, tivemos as audiências, não veio ninguém do TEG. Para mim estava tudo bem”. Foi essa a minha resposta. Estão aqui hoje, ainda não votamos, ainda farei um segundo relatório. Funciona assim: a Peça Orçamentária chega a esta Casa. Fazemos as audiências públicas – foram essas 62 horas -, eu preparo um relatório, levo à Comissão, que o aprova ou não. No caso, foi aprovado. Esse relatório vai a plenário para votação. Há um espaço de duas sessões ordinárias para recebimento de emenda dos Srs. Vereadores. Tem o resultado desta audiência pública. Votamos em primeira, depois em segunda e vai para apreciação do Sr. Prefeito. Tudo bem prazo. O TEG é coisa nova na Peça Orçamentária deste ano. Isso é fato.

- Comentário fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Cabe emenda. Repetindo, rapidamente: a partir de 62

horas de audiências, fiz o relatório, os remanejamentos, alterei a questão de redação, de dotação orçamentária, apresentei à Comissão, que o aprovou. Está pronto para ser votado em primeira. Agora, entre a primeira e a segunda votação, temos esta audiência pública e as emendas. Faço outro relatório e o apresento para a Comissão. Se a Comissão aprovar, vai a plenário para votação em segunda.

Resumidamente, em algumas alterações que fizemos, aportamos mais 5 milhões para Esportes; 1 milhão da Secretaria do Meio Ambiente, 1 milhão 360 para Assistência Social – que não tinha e entrou. Incluímos o Parque Edu Chaves, o Centro de Convivência da Terceira Idade, o Polo Cultural da Terceira Idade, Centro de Itaquera, Centro de Vila Mariana, 6 milhões 550 para o Serviço Funerário, 10 milhões 700 aportamos na Saúde. Incluímos a UBS Jardim Brasilândia, a UBS Vila Constância, UBS Marsilac, UBS Cambuci, Ecoterapia Parelheiros, Hospital de Santa Marina. Aparelhos rádio frequência na Saúde, reforço de 100 mil na Luz, reforço de 100 mil na Sé, 129 mil e 900 na USP Penha e 135 milhões e 400 nas subprefeituras.

Em síntese, é isso. Temos uma situação mais confortável agora por conta da renegociação da dívida. De 62 bilhões, com a renegociação que a Presidente assinou, vai para 36 bilhões.

Isso muda o que a Prefeitura paga por mês? Quase nada, porque o que pagamos de mensalidade é 13% da receita. Então, o que a Prefeitura paga por mês da dívida não vai alterar muita coisa, mas aumenta a capacidade da Prefeitura de tomar recursos. O teto, pela legislação, é de 120% da receita. Tínhamos ultrapassado esse limite. Com a renegociação de 62 bilhões para 36 bilhões, baixamos o teto de 120%. Então, temos ainda uns 3, 4% de capacidade de captação de recursos.

Há essa questão da nova forma de você fazer o pagamento da dívida. Do valor que a gente pagava, agora, pela nova composição, você não paga mais sobre Cepac. Então, esses 13% não incidem mais sobre aquilo que é gerado em Cepac para a Cidade. Então, diminuiu um

pouco o valor da nossa mensalidade.

Há muitos assuntos. Como sempre, estou à disposição. Não vou me estender mais para que os demais possam falar. Temos, com certeza, vários defeitos, mas eu dei o melhor de mim, vocês podem ter certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Ricardo Nunes;

Queria ouvir, rapidamente, Guilherme, da Secretaria de Cultura por três minutos. Depois, o representante de Planejamento e Finanças. Indago se Transportes quer ou não falar.

Temos só mais 15 minutos de audiência.

O SR. RICARDO NUNES – Só uma correção. Eu falei que iríamos remanejar. A princípio, tiraríamos 40 milhões do teto municipal, baixou para 20, agora chegamos à conclusão que tiraremos 12 milhões. Só para deixar o pessoal do teatro mais tranquilo. Serão retirados do Teatro Municipal 12 milhões apenas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Guilherme, por 3 minutos.

O SR. GUILHERME – Boa tarde a todos. Cumprimento os nobres Vereadores, o Relator, Vereador Ricardo Nunes; o Presidente.

Primeiro, quero parabenizar pelo trabalho que está sendo feito por esta Câmara na questão orçamentária, na revisão da Peça Orçamentária que veio de Sempla. É um trabalho importante, feito em conjunto com a sociedade. Cabe agora à sociedade fazer essa pressão sobre seus próprios segmentos.

Gostaria de agradecer a todos pela presença, mas principalmente aos grupos culturais. Vereadores, relator, acho que os senhores puderem perceber a força que a Cultura tem tido na Cidade de São Paulo, e essa presença dos grupos e representando vários setores diferentes mostra que a cultura de fato tem crescido não só institucionalmente, mas com presença política na cidade. Tem de ser levado em conta na hora da elaboração do Orçamento. Quero dizer que como Secretaria Municipal de Cultura participamos de todas as

audiências relativas a peça orçamentária de 2015. Seja a discussão orçamentária com o conselho do Orçamento participativo em nível regional, aqui teve a audiência temática conosco. Das 62 horas que o Vereador se referiu, certamente, umas cinco ou seis foram com a nossa presença, então, a gente está muito tranquilo com relação a nossa presença e participação nesse processo. Até porque, com a presença dos segmentos culturais não poderia ser diferente.

É importante salientar que o trabalho do Executivo já foi feito, essa peça orçamentária foi feita em conjunto com a Secretaria do Planejamento, com a Secretaria de Finanças, que, aliás, eu cumprimento em nome dos dois Secretários presentes. Essa peça reflete hoje a realidade da Secretaria Municipal de Cultura e satisfaz as demandas que a gente colocou.

Essa peça reflete o que entendemos como as necessidades da Secretaria e acreditamos que de fato ela sempre tem de crescer. A ideia da peça orçamentária para a Cultura é justamente chegar na promessa que foi feita pelo Prefeito e que está sendo eficiente e efetiva cumprida pela Secretaria do Planejamento e de Finanças, que é evoluir o Orçamento para alcançar o patamar de 2%. Tínhamos esse ano cerca de 1,32% de fonte 00, ou seja, fontes diretas do Tesouro, vamos passar em 2015, se for mantida essa peça orçamentária para cerca de 1,65% do Orçamento de fonte 00 da Prefeitura, ou seja, a gente está quase batendo o patamar dos 2% que é importante para a Cultura.

O mais essencial é deixar claro que temos como Secretaria que defender e valorizar esse trabalho que está sendo feito com grande comprometimento de Sempla de montar uma peça orçamentária fidedigna das questões que chegam,

Nunca vai caber tudo pelas demandas culturais que existem em São Paulo. É uma complexidade e a estrutura institucional da Secretaria também não dá conta de tudo, mas temos sim que acatar todos os pleitos que chegam e dar conta de realizá-los de alguma maneira. Por isso que todas as demandas levantadas aqui a Secretaria olha e tem interesse

em realizá-las. O importante é que a peça orçamentária tem de ser mantida na sua integralidade e para os segmentos que estão aqui presentes deixar claro que temos de partir daqui para cima. Não adianta brigar cultura com cultura. É necessário que todas as demandas sejam atendidas e consigamos suplementar o nosso Orçamento. E naturalmente a Câmara Municipal com a competência dos Srs. Vereadores vai dar conta disso.

A aprovação do PL da Fundatec, que deve ser apresentado em plenário agora é essencial também para o Orçamento da Secretaria de Cultura. Através desse PL vamos conseguir receber os programas de formação do Pronatec e isso vai abastecer não só a zona Leste, mas toda a cidade com cursos de formação técnica e de gestão e vai representar muito como complemento orçamentário, como fonte de receita para darmos conta desse papel importante que é a formação na Cidade.

Fica o nosso agradecimento e reforço e apelo pela manutenção da integralidade do Orçamento, inclusive, do Orçamento do Theatro Municipal, cujo aumento se deve justamente e simplesmente à questão da regularização trabalhista dos 500 músicos que há 30 anos não tem direitos trabalhistas no Theatro por causa dos contratos precários.

Cortes que existirem, isso já foi dito, inclusive, ao Vereador relator significam esse abatimento no que estamos querendo suprir de 30 anos de deficiência trabalhista no Theatro.

O SR. RICARDO NUNES – O corte que vou fazer... Amanhã estarão 500 cantores atrás de mim. Não atrapalha em nada a questão da celetização, isso precisa ficar claro. (palavras ininteligíveis) os 12 milhões e não vai atrapalhar nada a celetização.

O SR. GUILHERME VARELA - Se não atrapalhar, a gente acredita que enfim, a manutenção é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço o Secretário Guilherme Varela e vou passar imediatamente para Planejamento e Finanças por três minutos.

O SR._____ - Tiveram várias intervenções e muitas delas estavam se referindo a pontos específicos de cada Secretaria, etc. Não vou entrar nos pontos

específicos até porque as audiências estão sendo gravadas e o relator Ricardo Nunes depois vai pegar todas as demandas que estão sendo faladas e vai continuar no processo de revisão da proposta. Só queria destacar alguns pontos que acho importantes que refletem o compromisso da gestão com as políticas sociais, a maior parte das questões que foram tratadas aqui dizem respeito às grandes políticas sociais e que vão na direção do que é essa gestão, que está na direção de reduzir as desigualdades, de dar mais oportunidades, de melhorar o transporte, melhorar a cultura e tudo o mais.

Alguns números para mostrar que do ponto de vista orçamentário a nossa proposta, no geral, obvio que há coisas para serem melhoradas, nenhuma proposta é absolutamente final, o Planejamento fez um esforço muito grande de conseguir conciliar o conflito (palavra ininteligível) que tem entre as diversas Secretarias, estou conversando com todas as Secretarias, fizemos um processo amplo de participação no âmbito dos conselhos participativos para chegar nessa proposta. Obvio que essa versão ainda pode ser melhorada e está sendo melhorada aqui na Câmara, chefiada pelo Vereador Ricardo Nunes, mas para deixar claro o compromisso, por exemplo, o Fundo de Assistência Social está crescendo esse ano 7,6%, portanto, acima do Orçamento geral da Prefeitura.

A Saúde, já está batendo, agora, em 18,5%, sendo que o mínimo exigido pela legislação é de 15%. Já está batendo em 18,5%. Então temos um compromisso forte com a saúde também. Os gastos com equipamentos de Saúde estão aumentando fortemente.

Educação, já está batendo em 32,7%. Vocês sabem que o mínimo obrigatório é 31%. Já estamos em quase 33%, agora no Orçamento de 2015, um crescimento de 8,5% nessa proposta de 2015 com relação à proposta de 2014.

Cultura. Eu ia mencionar o dado, mas o Guilherme já mencionou também. O Prefeito já assumiu esse compromisso, desde o Plano de Governo, de chegar nos 2%. Vamos chegar. Esse compromisso está mantido e nós vamos chegar, até o final da gestão, em 2%.

Em 2013, quando pegamos o Orçamento que tinha sido feito pela gestão anterior, o

Orçamento da Cultura estava em 1.24%. Na proposta de 2015, já está em 1.64. Então estamos na direção de atingir o compromisso de 2% até o final.

A Cultura está crescendo. Esse ano, 2015, relativamente ao orçamento de 2014, 8.4% também. Está crescendo bem acima das demais despesas. Então o compromisso de chegar aos 2% continua mantido. E devemos chegar tranquilamente, mantido o ritmo que já estamos aumentando o Orçamento.

Então era isso que eu queria dizer. O compromisso dessa gestão, com essas políticas sociais – a maior parte das que foram levantadas aqui, Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura – está mantido e estamos refletindo isso no Orçamento.

E, sem dúvida nenhuma, essa audiência, como todas as demais que fizemos antes de chegar à Câmara, nas audiências do Sepop, aquelas feitas nas Subprefeituras, serve para que essa proposta seja melhorada, agora, na Câmara, e a bola está com o Legislativo, na mão do Vereador Ricardo Nunes, que está coordenando muito bem a continuidade desse processo de participação, com as demandas que chegam, com a população, aqui para a Câmara.

Quero dizer que é um prazer estar aqui, podendo debater o Orçamento com vocês e ouvindo todas as reivindicações que vocês têm para trazer. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Quero passar, imediatamente, a palavra ao Secretário Adjunto Finanças, Sr. Rogério Ceron de Oliveira, por cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO SERON DE OLIVEIRA – Primeiramente, corroboro as palavras do Planejamento, o Executivo tem feito um esforço muito grande no sentido de equacionar da melhor forma as demandas sociais. Tem sido um compromisso da gestão e tem sido levado a cabo.

Infelizmente, o Orçamento é finito. A Cidade tem uma complexidade por diversos ângulos, ela é um País, pode ser comparada a um país, mas tem o orçamento de uma cidade. Então é muito difícil equacionar as demandas justas que são apresentadas.

Realmente, o processo é muito difícil. E, no curto prazo, continuamos com desafios

significativos.

Para quem não acompanha e, no sentido de dar um pouco de transparência, o ano de 2014, provavelmente o ano de 2015, será um ano difícil no sentido de realização de receitas.

Na receita do ICMS, a Prefeitura tem direito a uma parcela do ICMS do valor agregado que é gerado na cidade de São Paulo, e está tendo uma queda real no Orçamento de 2014.

Tudo isso torna muito difícil, não só atender as novas demandas, como até mesmo cumprir aquelas que já estavam comprometidas e acordadas. Isso tem de ser dito e de uma forma bem transparente.

No curto prazo, vamos continuar tendo alguns desafios importantes, mas como o próprio Relator Vereador Ricardo Nunes comentou, a renegociação da dívida abre horizontes muito melhores para o longo prazo para a Cidade.

Ainda nos próximos um ou dois anos, não teremos uma percepção de uma diferença tão grande por conta da renegociação, mas, a médio prazo, a diferença vai ser brutal. Só para os senhores terem uma ideia do que isso significa: hoje, a Cidade paga, anualmente, cerca de R\$ 4 bilhões em dívidas e encargos da dívida. Isso crescerá, ao longo dos anos, até 2030 e isso consome boa parte do espaço para investimentos e o espaço para atendimento das demandas que foram aqui expostas.

Com a renegociação isso muda. Ao longo do tempo, esse comprometimento vai caindo e vai abrindo espaço. Como eu disse, não é algo que vai resolver o problema dessas demandas no primeiro, no segundo ano, mas, certamente, a partir do terceiro, quarto ano, vamos começar a ter uma percepção de mudança, de espaço fiscal, muito maior.

Há possibilidade de captação de recurso para viabilizar investimentos. Isso leva algum tempo, mas abre perspectivas para a Cidade, que, além do debate justo e legítimo do Orçamento anual, também temos a obrigação de pensar a longo prazo, e acho que é um

retorno importante.

Temos tentado compartilhar isso. Têm sido feitas várias ações que vão gerar impactos substanciais a médio e longo prazos.

A renegociação da dívida é algo único na história da Cidade. Vai mudar, de fato, o futuro da Cidade, pelo menos, o futuro que estava previsto. Então acho que todos têm de se conscientizar do que aconteceu e acompanhar, pois, realmente, será uma mudança substancial para a Cidade.

Outro comentário, muito rápido, é que houve uma situação sobre a questão da iluminação pública.

O Executivo também, dado aos desafios de curto prazo, vem articulando, vem elaborando um projeto de Parceria Público Privada para modernização de toda a iluminação pública da Cidade.

Também tem sido amplamente divulgado pela mídia, mas, para quem não sabe, também é uma forma de alavancar investimentos e atender, rapidamente, as demandas sociais de uma forma um pouco inovadora, sem comprometer o Orçamento no curto prazo.

Então são iniciativas que ajudam a mitigar um pouco as demandas que são prementes, mas é inegável que há desafios muito substanciais para equacionar todas as demandas no curto prazo. Isso, infelizmente, é verdade, mas esse processo é extremamente rico, e eu agradeço, de fato, a oportunidade de participar e dialogar com o senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço ao Sr. Rogério e, como já disse o Relator, aqueles que não tiveram oportunidade de dialogar para a Peça, na primeira votação – que deve acontecer amanhã ou hoje, vai depender da discussão que está sendo feita no Colégio de Líderes -, que procurem o Relator para que apresentem seus pleitos, legítimos, e necessários, em alguns casos, dentro também dos limites orçamentários, esses que o Relator conhece e sabe.

Agradeço a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, declarada encerrada

